

pesquisa

**a responsabilidade de
empresas por violações
de direitos durante a
ditadura**

**INFORME
PÚBLICO 2**

Centro de Antropologia e
Arqueologia Forense

CAAF|Unifesp

UNIFESP



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO

1933

a responsabilidade de empresas por violações de direitos durante a ditadura

Belgo-Mineira, Embraer e Mannesmann.

2023-2024

Centro de Antropologia e
Arqueologia Forense

CAAF|Unifesp



Universidade Federal de São Paulo – Unifesp
Pró-Reitoria de Extensão e Cultura – Proec
Centro de Antropologia e Arqueologia Forense
CAAF/Unifesp

Coordenação:

Edson Teles (*coordenador*); Carla Osmo; Marília Oliveira Calazans

Comissão Científica:

Adriana Gomes Santos (*Universidade Federal de Roraima*); Aparecido Benedito de Faria (*Instituto de Memória e Atualidades / ABC*); Bruno Konder Comparato (*Universidade Federal de São Paulo*); Carla Osmo (*Universidade Federal de São Paulo*); Flávia Rios (*Universidade Federal Fluminense*); Edson Teles (*Universidade Federal de São Paulo*); Elson Mattos (*Universidade Federal de São Paulo*); Javier Amadeo (*Universidade Federal de São Paulo*); Laura Bernal-Bermúdez (*Pontificia Universidad Javeriana, Colômbia*); Leigh Payne (*University of Oxford, Inglaterra*); Marília Oliveira Calazans (*Universidade Federal de São Paulo*); Victoria Basualdo (*Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales, Argentina*); Rosa Cardoso (*Comissão Nacional da Verdade*).

Este projeto foi financiado com recursos doados pela Volkswagen do Brasil S/A no âmbito do Termo de Ajustamento de Conduta resultante dos inquéritos civis do Ministério Público Federal, Ministério Público do Estado de São Paulo e Ministério Público do Trabalho contra supostas violações cometidas pela empresa durante a Ditadura. Os documentos referentes ao projeto de pesquisa e ao convênio de doação podem ser acessados em: <https://www.unifesp.br/reitoria/caaf/projetos/empresas-e-ditadura>.

www.unifesp.br/reitoria/caaf

caaf@unifesp.br

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Informe público 2: a responsabilidade de empresas por violação de direitos durante a ditadura: Belgo-Mineira, Embraer e Mannesmann / Edson Teles, Carla Osmo, Marília Oliveira Calazans (coordenadores). - São Paulo: CAAF, Unifesp, 2024.
92p.: PDF.

Relatório produzido no âmbito do projeto “Responsabilidade de empresas por violações de direitos durante a Ditadura” do Centro de Antropologia e Arqueologia Forense (CAAF) Unifesp.

ISBN 978-65-85919-24-1 (e-book)

ISBN 978-65-85919-39-5 (e-book)

1. Direitos humanos — Violação. 2. Justiça reparativa — Redução de danos. 3. Responsabilidade civil — Brasil — Empresas. I. Teles, Edson, Coord. II. Osmo, Carla, Coord. III. Calazans, Marília Oliveira. IV. Título.

CDD 323

Elaborado por Cleuza Andréa Trindade dos Santos - CRB 8/11218



EMPRESAS E CIDADANIA

Centro de Antropologia e
Arqueologia Forense
CAAF|Unifesp

- 5** APRESENTAÇÃO
- 11** BELGO-MINEIRA
- 36** EMBRAER
- 62** MANNESMANN

APRESENTAÇÃO

Carla Osmo
Edson Teles
Marília Calazans

O projeto “Responsabilidade de empresas por violações de direitos durante a Ditadura” teve início a partir da celebração do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) que encerrou as investigações conduzidas pelo Ministério Público Federal, pelo Ministério Público do Trabalho e pelo Ministério Público do Estado de São Paulo contra a Volkswagen do Brasil. Esse TAC destinou recursos ao Centro de Antropologia e Arqueologia Forense da Universidade Federal de São Paulo (CAAF/Unifesp) para a gestão de pesquisas sobre a cumplicidade de outras empresas com a ditadura, a fim de contribuir com a instrução de inquéritos e, possivelmente de processos de responsabilização.

Foi então lançado edital para selecionar projetos de investigação sobre a participação de dez empresas em violações de direitos humanos durante a ditadura. Entre elas, nove haviam sido indicadas pelo Ministério Público Federal - Companhia Docas de Santos, Petrobras, Fiat, Itaipu, Josapar, Paranapanema, Cobrasma, Companhia Siderúrgica Nacional e Folha de S. Paulo. A décima empresa a ser investigada não foi nomeada no edital - abriu-se a possibilidade de envio de propostas para investigação sobre empresa escolhida pela equipe proponente -, sendo selecionado o projeto de investigação sobre a empresa Aracruz. As equipes de pesquisa sobre as dez empresas trabalharam a partir de outubro de 2021 durante um ano e meio. Ao final desse prazo, encaminharam ao Ministério Público Federal e ao Ministério Público do Trabalho relatórios com os produtos de suas investigações. Sínteses dos achados de cada grupo foram publicadas em Informe Público¹ do CAAF/Unifesp lançado em junho de 2023 e divulgadas no I Seminário Ditadura, Empresas e Violações de Direitos, realizado na Unifesp entre 5 e 7 de junho de 2023.

Durante o curso das pesquisas sobre as dez empresas, tiveram início outras investigações. Com o financiamento proveniente do Termo

¹ Cf. CALAZANS, OSMO e TELES. **Informe Público**. A responsabilidade de empresas por violações de direitos durante a Ditadura. São Paulo: CAAF/Unifesp, 2023. Disponível em: https://www.unifesp.br/reitoria/caaf/images/CAAF/Empresas_e_Ditadura/InformePublico.pdf.

de Ajustamento de Conduta da Volkswagen do Brasil, foram selecionadas por meio de edital publicado em maio de 2022 equipes de pesquisa para o estudo de quatro temas transversais: questões raciais, questões de gênero, questões relativas aos povos indígenas e questões relativas à participação da Justiça do Trabalho nas violações. Ainda, com financiamento proveniente do Termo de Ajustamento de Conduta da CPFL (*Ação Civil Pública 0004107*), foram selecionadas equipes para investigar a participação das empresas Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira, Mannesmann e Embraer em violações de direitos humanos durante a ditadura. Os resultados dos estudos sobre essas três novas empresas e sobre os quatro temas transversais foram encaminhados ao Ministério Público Federal e ao Ministério Público do Trabalho. O presente Informe Público – a segunda publicação do projeto “Responsabilidade de empresas por violações de direitos durante a Ditadura” – dá publicidade às sínteses dos resultados das investigações sobre Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira, Mannesmann e Embraer, produzidas pelas equipes responsáveis pelas pesquisas. Um terceiro Informe Público, com resultados das investigações sobre os temas transversais, ainda será publicado.

Os achados desse segundo ciclo de estudos se somam aos do primeiro ciclo, no sentido de confirmar a relevância de serem levados adiante trabalhos investigativos sobre a colaboração de empresas com a ditadura militar no Brasil, tanto para ampliar o conhecimento sobre esse período da história do país quanto para que sejam promovidos os devidos processos de responsabilização e reparação por violações de direitos humanos. Foi comum às equipes que investigaram a atuação das dez primeiras empresas e àquelas que trataram da Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira, Mannesmann e Embraer, o enfrentamento de dificuldades em acessar os arquivos das empresas, mas, mesmo assim, as equipes levantaram uma profusão de fontes que permitem alcançar entendimentos importantes sobre as relações entre essas empresas e os governos da ditadura na prática de violações de direitos humanos.

Nesse sentido, as pesquisas encontraram indícios de que as empresas mantiveram conexões e comunicações constantes com os

militares, ofereceram apoio material ao golpe e/ou ao funcionamento de órgãos da repressão, e desfrutaram de benefícios econômicos que levaram a seu crescimento no período. Algumas empregaram militares em seus quadros de funcionários, e/ou indicaram pessoas para ocuparem quadros dos governos da ditadura. As pesquisas que tiveram como foco a relação das empresas com seus/uas trabalhadores/as encontraram elementos relevantes que apontam para criação de aparatos de vigilância, controle e perseguição aos/às funcionários/as, comunicação direta com troca de informações sobre eles/as com os órgãos da repressão, facilitação e apoio a prisões e repressão violenta a movimentos grevistas, intervenção em sindicatos, demissões em massa e produção das chamadas listas sujas, com nomes de trabalhadores/as que depois de demitidos/as não conseguiam outros empregos. Elas trazem ainda relatos de casos em que a prisão dos/as trabalhadores/as foi sucedida de tortura, e de casos de mortes e desaparecimentos no contexto da repressão a movimentos grevistas.

As pesquisas mostraram também que a repressão à mobilização política dos trabalhadores esteve relacionada com uma precarização das condições de trabalho: diminuição de salários, aumento de jornadas de trabalho, submissão a condições de trabalho insalubres e/ou perigosas, gerando risco do desenvolvimento de doenças e de acidentes de trabalho. Isso aponta para uma relação entre o crescimento econômico das empresas no período da ditadura militar e a exploração dos/as trabalhadores/as por meio da redução dos meios que teriam para defender e buscar proteger seus direitos.

Tal como havia ocorrido nas investigações sobre as dez primeiras empresas que foram objeto deste Projeto, também as pesquisas sobre Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira, Mannesmann e Embraer apontaram que, apesar de as pesquisas já terem tido resultados muito relevantes, caso o prazo e o financiamento fossem maiores, seriam grandes as chances de alcançar novos achados sobre a participação das empresas em violações de direitos humanos na ditadura militar.

Este relatório é composto por três textos, que sintetizam os achados das pesquisas sobre a possível participação das empresas Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira, Mannesmann e Embraer na prática de violação de direitos humanos durante a ditadura militar no Brasil.

A pesquisa sobre a **Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira (CSBM)**, coordenada por Marina Mesquita Camisasca, expõe que a CSBM esteve entre as empresas que contribuíram nas articulações para a deflagração do golpe de 1964 por meio da participação e contribuição para o Instituto Brasileiro de Ação Democrática - IBAD e para o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais – IPES, e teve diretores seus na gestão do Grupo Permanente de Mobilização Industrial – GPMI mineiro, em que ações estratégicas foram construídas em conjunto pelo empresariado e por militares. A equipe de pesquisa encontrou indícios de que a CSBM apoiou intervenções nos sindicatos de trabalhadores das regiões onde estavam localizadas suas fábricas, emprestou carros para uso em ações do Exército, e que solicitou a detenção de trabalhadores seus, parte dos quais foram torturados. Foram coletados relatos de violência sexual contra filhas de trabalhadores, de cárcere privado e violência contra trabalhadores dentro da CSBM, da presença de funcionário da CSBM de Contagem em sessões de tortura realizadas no DOPS/MG, além de casos de racismo contra funcionários. A CSBM também praticou demissões em massa de trabalhadores que participavam de mobilizações políticas e manteve condições de trabalho inadequadas, geradoras de danos à saúde e acidentes.

A pesquisa coordenada por Tayara Lemos sobre a **Mannesmann**, grupo empresarial de origem alemã, observou que, na Alemanha, a empresa tinha mantido relações econômicas e políticas com o governo nazista, enquanto, no Brasil, patrocinou a circulação no Rio Grande do Sul do jornal oficial do Partido Nazista. A Usina do Barreiro, implantada em 1952 em Belo Horizonte, Minas Gerais, atraiu trabalhadores que, no entanto, instalaram-se na região sem que houvesse estrutura para a garantia de moradia adequada. Em 1964, a empresa já estava consolidada e colaborou por meio do IPES para a construção do

golpe e da organização da repressão ao sindicalismo, que era marcadamente combativo na região. Manteve comunicação constante com os órgãos da repressão, que envolveu requerimentos para policiamento de greves, vigilância da região da empresa para combater uma suposta ameaça comunista, além de solicitação de informações ao DOPS sobre trabalhadores contratados. A empresa mantinha um sistema de segurança formado por militares da reserva e policiais aposentados, voltado a intimidar a mobilização dos trabalhadores, inclusive com uso de armamentos dentro da empresa. Houve prisões de trabalhadores durante distribuição de panfletos e greves, um funcionário foi dado como desaparecido, outro foi morto pela polícia em uma greve e diversos foram torturados depois de levados para o DOPS, além de demissões em massa. Antigos trabalhadores apontam também a produção de listas sujas, que impediam novas contratações uma vez que fossem demitidos. Em paralelo, os trabalhadores eram submetidos a condições de trabalho abusivas, com excesso de horas extras.

A pesquisa sobre a **Embraer**, coordenada por Elaine de Almeida Bortone, indica que a criação da empresa, em 1969, esteve relacionada com a fundação do Grupo Permanente de Mobilização Industrial – GPMI, que articulava o empresariado e militares, com o objetivo de municiar os militares de equipamentos bélicos. Nos seus primeiros 15 anos de existência, a empresa recebeu uma série de benefícios econômicos do Estado. A empresa fez parte do Grupo Diógenes e do Centro Comunitário de Segurança nas Empresas do Vale do Paraíba - CECOSE-VP, que serviram de espaço para a troca de informações entre empresas e militares sobre trabalhadores mobilizados e demitidos e produziram “listas sujas”, impedindo que os trabalhadores voltassem a encontrar empregos. A Embraer mantinha uma forma de produção militarizada e os trabalhadores eram constantemente monitorados e ameaçados, sendo elaborados relatórios com suas informações pessoais e profissionais, repassados aos órgãos da repressão. Foram relatados casos de demissões políticas e prisões arbitrárias, por parte de guardas da empresa, da Polícia Militar e agentes da ditadura, e repressão violenta às greves. Houve caso de internação à força de trabalhador em hospital

psiquiátrico, sem que isso estivesse justificado por condições de saúde. Há ainda testemunhos da ocorrência de interrogatórios dentro da Embraer. A repressão aos trabalhadores foi acompanhada da submissão a um excesso de horas de trabalho, condições insalubres e falta de equipamentos de proteção e estabelecimento de diferenças salariais entre trabalhadores que exerciam a mesma função.

BELGO-MINEIRA

**Policciamento na porta da trefilaria da CSBM, em Contagem (MG),
durante a greve de 1979.**

Foto: Mana Coelho / Acervo: MHAB.



Criada em 1917, com a denominação de Companhia Siderúrgica Mineira, a Belgo-Mineira contou com a assinatura de vinte pessoas em sua ata de constituição. Registrada a ata, o próximo passo foi a escolha do local para instalar a usina, sendo a histórica cidade de Sabará (MG), situada a poucos quilômetros da recém-fundada capital do estado, Belo Horizonte (MG), a escolhida. À época, Sabará contava “com um ramal da Ferrovia Central do Brasil, mão de obra disponível, infraestrutura urbana, minério em abundância nas proximidades e florestas para abastecer a usina que seria tocada a carvão vegetal” (NEVES, CAMISASCA, 2013, p. 50). Assim, em fins da década de 1910, “uma oficina mecânica foi montada no local onde seriam iniciadas as obras e parte do maquinário necessário foi fabricado ali mesmo, ou adaptado com o que era disponível no mercado nacional” (MOYEN, 2007, p. 29).

A primeira corrida de gusa no alto-forno ocorreu três anos depois da constituição da siderúrgica, em novembro de 1920, após os engenheiros enfrentarem grandes dificuldades para colocar o alto-forno em funcionamento, que se tornou à época o maior e um dos mais modernos de Minas Gerais, com capacidade de produção de 25 toneladas/dia. Além dos problemas operacionais vencidos para que o alto-forno entrasse em operação, outro desafio seria colocar a produção no mercado.

Nesse mesmo ano de 1920, o Rei Alberto I, da Bélgica, veio ao Brasil e a convite do então Presidente de Minas Gerais, Arthur Bernardes (1918-1922), foi até Belo Horizonte. Bernardes recebeu o monarca com todas as honras e com a firme disposição de evidenciar o potencial siderúrgico do estado. O convite tinha como um dos objetivos aproximar o Rei Alberto I “dos empreendedores da Cia Siderúrgica Mineira, que enfrentavam grandes dificuldades para manter o negócio” (NEVES, CAMISASCA, 2013, p. 51).

A iniciativa de Arthur Bernardes rendeu frutos, já em 1921, a Cia Siderúrgica Mineira recebeu aporte de capital estrangeiro da ARBED (Aciéries Réunies de Burbach-Eich-Dudelange) - tradicional corporação

de indústrias siderúrgicas belgo-luxemburguesas criada em 1911 - tornando-se, assim, a Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira (CSBM).

A ARBED entrou com know-how e capital, através da subscrição de cerca de 30% das ações, com um valor de 15 mil contos de réis, investimento bastante significativo, considerando-se que a receita de Minas Gerais à época era de 60 mil contos (MOYEN, 2007, p. 35). Nesse momento já se planejava construir uma grande usina no Brasil e para concretizar esse empreendimento, em 1924, o presidente da empresa, Gaston Barbanson, transferiu para a CSBM a propriedade da antiga fazenda de Jean Monlevade, situada em Rio Piracicaba (MG), que ele havia adquirido anos antes. Foi nessa fazenda que a CSBM construiria, anos depois, sua nova usina.

A partir de 1922, já sob nova administração, o alto-forno de 25 toneladas/dia localizado em Sabará foi reforçado e outro forno tipo Martin, de seis toneladas, foi adicionado, além de uma fundição de ferro e aço e uma oficina. Logo no primeiro ano de funcionamento, conseguiu-se um aumento de 50% na produção de gusa em relação ao que era praticado pela Companhia Siderúrgica Mineira (MOYEN, 2007, p. 43).

Em 18 de julho de 1923, o decreto federal nº 16.103, assinado pelo então presidente Arthur Bernardes (1922-1926), aprovou a concessão de um empréstimo de 1.800 contos de réis para a CSBM, com juros de apenas 5% ao ano. O decreto também previa “a isenção, durante o prazo de 40 anos, de todos os impostos federais que porventura incidirem sobre a construção, ampliação e exploração das usinas e suas dependências”¹. O governo também permitiu à empresa, pelo mesmo decreto, explorar a força hidráulica na produção de energia, executar desapropriações para construção de ramais ferroviários, de estradas de rodagem e de outros equipamentos industriais. Em contrapartida, a CSBM deveria manter a usina de Sabará em funcionamento, submeter à aprovação quaisquer planos de mudança na usina, permitir constantes fiscalizações, empregar no mínimo 50% de trabalhadores brasileiros, mantendo ao menos dez

¹ Decreto nº 16.103, de 18/07/1923. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-16103-18-julho-1923-514800-publicacaooriginal-1-pe.html>

aprendizes e três engenheiros da Escola de Minas de Ouro Preto ou da Escola Politécnica. Em caso de paralisação na produção não justificada por mais de 90 dias consecutivos, o contrato automaticamente seria anulado e a empresa deveria ressarcir à União, pagando de uma só vez todos os impostos a que fora isenta.

Apesar dos benefícios recebidos do governo federal, em 1926, a CSBM enfrentou forte crise e precisou paralisar as atividades da usina por um ano. Para tentar contornar os problemas e apontar possíveis soluções, a ARBED enviou ao Brasil o engenheiro Louis Enschedé. O luxemburguês chegou a Sabará no final do ano de 1927 e concluiu que não se justificava fechar a empresa, era preciso adquirir novos equipamentos e melhorar a qualidade do produto para reverter a situação. Foi iniciado então um processo de modificação no sistema administrativo, sendo promovidos ajustes e melhorias técnicas com o objetivo de aprimorar a qualidade do aço produzido.

As mudanças deram resultados e, em 1928, a usina de Sabará, denominada Siderúrgica, atingiu a marca de 10 mil toneladas, o que correspondia a 90% de toda a produção nacional. Com o aumento da produção a CSBM passou a enfrentar algumas dificuldades, como, por exemplo, o fornecimento regular de energia elétrica e de carvão vegetal para abastecer a usina. Para isso, a empresa investiu na construção de uma hidrelétrica própria e na produção do carvão a partir do desmatamento. Em 1933, o Decreto Federal nº 22.930 autorizou a empresa a adquirir queda d'água no município de Caeté (MG), o que viabilizou a produção de energia que abasteceria a usina.

A década de 1930 trouxe mudanças para o país com a chegada ao poder de Getúlio Vargas (1930-1945), presidente que investiu maciçamente na modernização da indústria brasileira. Quando em visita às instalações da CSBM em Sabará, no ano de 1931, o presidente tomou conhecimento do desejo da empresa em instalar outra usina na antiga fazenda de Jean Monlevade, mas que havia o empecilho da ausência de transporte até o local. Vargas então se comprometeu a construir a ligação

A Usina de
João Monlevade

ferroviária que possibilitaria a instalação da usina. Desta forma, em 31 de agosto de 1935, o próprio Vargas inaugurou o ramal ferroviário de Santa Bárbara e lançou a pedra fundamental da Usina de Barbanson, que seria construída na hoje cidade de João Monlevade (MG).

Diferentemente de Sabará, João Monlevade não possuía infraestrutura urbana, o local onde seria instalada a usina era a antiga Fazenda Solar e Forjaria outrora pertencentes a Jean Monlevade, que fora adquirida por Barbanson e transferida para a CSBM em 1924. Por esse motivo, foi necessário que a empresa construísse, ao redor da usina, todo o conjunto urbano, formado por residências, ruas, escolas, hospital, dentre outros. Desta maneira, o então distrito de João Monlevade, que pertencia ao município de Rio Piracicaba, se desenvolveu em função da atividade siderúrgica realizada pela empresa.

Para criar toda essa infraestrutura foi preciso, primeiramente, realizar o desmate e a terraplanagem devido ao acidentado relevo da região. Milhões de metros cúbicos de terra foram removidos para criar áreas planas, onde, depois, foram levantados silos, estruturas de concreto, vigamentos de aço, chaminés e fornos (MOYEN, 2007, p. 55). Dois anos depois do lançamento da pedra fundamental, em 1937, a usina Barbanson entrou em funcionamento.

Nesse mesmo ano de 1937, o presidente Getúlio Vargas, por meio do Decreto 1.886 forneceu concessão à CSBM para aproveitamento de energia hidráulica no rio Piracicaba, em João Monlevade. Essa concessão estatal permitiu à empresa construir uma usina hidrelétrica para fornecimento de energia elétrica à nova usina.

Em 1938, ocorreu a primeira corrida de aço em João Monlevade, após a inauguração do segundo alto-forno. Em janeiro de 1940, com o início do funcionamento de novas usinas de laminação, a Cia Siderúrgica Belgo-Mineira se tornava a maior siderúrgica da América Latina (NEVES, CAMISASCA, 2013, p. 61).

Com o advento da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), ao enfrentar problemas com o fornecimento de trilhos importados, o presidente Getúlio Vargas convocou a CSBM para assumir esta

produção. Desta forma, a empresa desenvolveu um laminador para essa função, que foi construído em parceria com a Marinha Brasileira. Assim, em 1943, foi produzido o primeiro trilho da história da Belgo-Mineira, do Brasil e da América Latina.

A atuação da Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira junto às cidades de Sabará (MG) e João Monlevade (MG)

A CSBM teve um papel fundamental no crescimento urbano das cidades de Sabará, Contagem e, especialmente, João Monlevade, que cresceu em volta da usina da companhia e que, na década de 1940, era celebrada pela empresa como “um sonho feito realidade e uma utopia transformada em apoteose” (HADZALIC, 2019).

Embora Sabará já fosse um núcleo urbano relativamente desenvolvido à época, ainda carecia de infraestrutura que fosse capaz de atender aos empregados. Por esse motivo, entre 1930 e 1950, a CSBM investiu na criação de vilas residenciais e, em 1953, existiam 500 residências construídas pela empresa na cidade. As casas eram alugadas para os empregados, que quando demitidos deveriam desocupá-las rapidamente. A empresa construiu também na cidade a Maternidade e Puericultura Louis Ensh, considerada à época a mais moderna de Minas Gerais. Ela funcionava conjuntamente com um lactário, um centro de puericultura, uma creche e um serviço de pré-natal. Em Sabará foram construídos ainda pela CSBM um grupo escolar, um posto de abastecimento e dois clubes: o Siderúrgica e o Cravo Vermelho.

Em João Monlevade, como afirmado anteriormente, toda a estrutura urbana inicial foi construída pela empresa. Centros comerciais, escolas, hospitais, clubes, estádios de futebol, hotéis, cinema e muitos outros equipamentos urbanos estruturais e sociais foram edificados e pertenciam à CSBM. Em 1943, já existiam 600 residências na localidade, número que saltou para 2.500, nove anos depois. João Monlevade vivenciou um crescimento vertiginoso ao longo da década de 1940 e, em 1952, foi inaugurado no distrito o Hospital Margarida, sendo todo o serviço médico contratado pela empresa.

Em 1959, durante palestra proferida pelo presidente da empresa, Joseph Hein, na Escola Superior de Guerra, esse afirmou que em João Monlevade, “a Companhia mantém armazéns para venda de gêneros de primeira necessidade, que funcionam como controladores de preços” (MOYEN, 2007, p. 108).

Ser detentora de toda a infraestrutura local garantia à CSBM um forte controle sobre os trabalhadores. Afinal, além de ser proprietária dos locais de moradia, os espaços de sociabilidade fora do ambiente de trabalho também eram da empresa. O lazer era garantido pelos clubes sociais construídos pela empresa, denominados “Grêmio” e “Ideal” e pelo Cine Monlevade. Mais tarde foi construído o “Social Clube”, inicialmente voltado aos funcionários de altos cargos e estrangeiros. Assim, todas as ações dos trabalhadores eram passíveis de serem controladas. Era a CSBM quem escolhia, por exemplo, os filmes que passariam no cinema, qual seria a forma de ensino das escolas, quais seriam os produtos vendidos à população e quais seriam os preços. Ou seja, a empresa realizava um controle absoluto do espaço, determinava as regras a serem cumpridas, não só no ambiente de trabalho, como também fora dele, exercendo influência em todas as esferas da vida dos empregados.

Em 1945, ocorreu a primeira greve na usina de João Monlevade, que demonstrou o descontentamento dos empregados frente aos salários e às políticas adotadas pela empresa. No início da década de 1960, em outubro de 1962 e em novembro de 1963, e, posteriormente, no ano de 1979 e por toda a década de 1980, novas greves ocorreram nessa usina e a CSBM precisou negociar com os trabalhadores. Em 1986, por exemplo, ocorreu uma grande greve em que os operários paralisaram a usina por 23 dias.

No ano de 1964, o distrito de João Monlevade foi elevado à categoria de cidade e a empresa transferiu para a administração municipal toda a infraestrutura urbana e os equipamentos criados por ela. As residências foram vendidas aos trabalhadores através de financiamentos. Desde o final do ano de 1950, a comunidade vinha se mobilizando para

tornar João Monlevade um município independente, o que só ocorreu 14 anos depois do início das reivindicações.

Em 1957, grande parte dos esforços da CSBM voltaram-se para a construção de uma nova fábrica, a ser instalada na Cidade Industrial de Contagem. A nova planta foi inaugurada em 1958, sem que a produção das antigas trefilarias fosse paralisada (MOYEN, 2007). Esse crescimento da empresa no período esteve relacionado ao enorme aumento do consumo de aço no país, impulsionado pela realização de grandes obras, dentre as quais destacavam-se a construção da nova capital do Brasil, Brasília, e de estradas que ligassem a nova capital federal aos demais centros urbanos.

Uma nova trefilaria em Contagem (MG) e as greves emblemáticas que lá ocorreram

O fechamento total da trefilaria de Monlevade foi realizado em 1963, tornando-se a trefilaria de Contagem a maior do mundo à época. A CSBM se transformou assim em uma indústria referência na região de Contagem, devido ao grande número de empregados e a forte influência exercida pela empresa.

Em abril de 1968, trabalhadores da região industrial de Contagem organizaram a primeira greve no país após o golpe civil-militar de 1964, uma das mais importantes greves da história do movimento operário brasileiro. A greve iniciou com a paralisação das atividades de cerca de dois mil trabalhadores na trefilaria da CSBM, no dia 16 de abril. O movimento grevista rapidamente se expandiu, contou com a adesão de trabalhadores de diversas fábricas da região, e adotou como forma de pressão a ocupação das metalúrgicas e a greve geral. Ao final desse movimento, que foi fortemente reprimido, o governo concedeu um aumento de 10% a todos os trabalhadores do país.

Depois de mais de 10 anos da greve de 1968, o movimento operário retornou com força e articulação e conseguiu, em 1979, deflagrar greves nas usinas de João Monlevade e Sabará e na trefilaria de Contagem. Novamente a repressão aconteceu, lideranças foram presas, piquetes coibidos e a polícia manteve-se presente na porta da trefilaria, em Contagem, durante toda a greve. Ao fim do movimento os metalúrgicos

conseguiram uma vitória parcial: até 19% acima do índice do governo, piso salarial dobrado, negociação dentro de 60 dias para criação de creches setoriais e garantia do emprego da gestante do início da gravidez até 60 dias após o término da licença médica.

A partir da década de 1980, a CSBM vivenciou um forte processo de melhoria da qualidade, aumento da modernização e redução da mão de obra. As greves continuaram a acontecer com bastante intensidade ao longo de todo o decênio. Além disso, nesse período a Belgo-Mineira realizou a incorporação de várias empresas de menor porte e cada vez mais se consolidava a ideia de corporação (MOYEN, 2007, p. 138). Esse movimento de aquisições de empresas menores se manteve nos anos 1990, o que possibilitou à CSBM nessa década ampliar significativamente a sua capacidade produtiva.

Em 2005, a partir da fusão da CSBM, da Companhia Siderúrgica de Tubarão (CST) e da Vega do Sul foi criada a Arcelor Brasil. No ano seguinte, com a fusão da Arcelor e da Mittal Steel Company foi formada a ArcelorMittal e a Arcelor Brasil passou a se chamar ArcelorMittal Brasil. Hoje a empresa produz aços longos e planos para indústrias automobilística, de eletrodomésticos, embalagens, construção civil e naval e também atua nos setores de mineração, geração de energia, produção de biorredutor renovável e tecnologia da informação. Possui capacidade instalada superior a 12,5 milhões de toneladas/ano e apresenta plantas industriais em seis estados do país, empregando cerca de 16 mil pessoas. Em parceria com o Grupo Bekaert é líder no Brasil no fornecimento de arames para a indústria e o agronegócio e está entre os três maiores produtores de cordões de aço para reforço de pneus².

Mudanças ocorridas no século XXI

A partir da pesquisa realizada foram encontrados indícios que apontam para possíveis violações cometidas pela CSBM, ou com o seu

**POSSÍVEIS
VIOLAÇÕES**

² Dados disponíveis em <https://loja.arcelormittal.com.br/institucional/sobre-nos>. Acesso em 26/02/2024.

consentimento, durante o período da ditadura militar. Aqui elencamos algumas delas:

- Engajamento no golpe de 1964;
- Apoio às intervenções sindicais ocorridas em 1964;
- Participação no GPMI;
- Empréstimo de carros da empresa para o Exército após o golpe de 1964;
- Coação para assinatura de demissões e prisões de trabalhadores dentro e fora da usina em João Monlevade;
- Despejos forçados das famílias dos operários obrigados a pedirem demissão;
- Tortura a trabalhadores presos;
- Violência sexual contra filhas de trabalhadores presos;
- Cárcere privado, violência física e psicológica praticada dentro da CSBM em João Monlevade (MG) após o golpe de 1964;
- Presença de funcionário da empresa em sessões de tortura realizadas nas dependências do DOPS-MG;
- Racismo;
- Demissões e prisões de trabalhadores por participação em movimentos políticos e/ou grevistas;
- Repressão à organização de trabalhadores;
- Danos à saúde em decorrência de trabalho em condições insalubres.

Identificou-se que a CSBM foi uma das empresas que colaborou financeiramente com o IBAD (Instituto Brasileiro de Ação Democrática), além de ter participado das reuniões do IPES (Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais) em Minas Gerais. O complexo IPES/IBAD teve forte participação nas articulações para o golpe civil-militar de 1964 e membros do alto escalão da CSBM estiveram presentes em importante reunião articulatória para o golpe, comandada pelo advogado Aluísio Aragão Villar (STARLING, 1986). A reunião ocorreu em janeiro de 1964, no Edifício Acaiaca, em Belo Horizonte (MG) e congregou a elite econômica

Engajamento no golpe de 1964

mineira, urbana e rural, além de membros do IPES-MG e de oficiais da Polícia Militar e da Aeronáutica. Foi após esse importante encontro que o IPES-MG passou a propagar intensivamente a necessidade de uma intervenção armada no país e houve uma maior coesão entre os diversos escalões militares e a elite mineira em prol da intervenção militar golpista. Na ocasião, o comandante da quarta Região Militar - ID/4, o General Carlos Luíz Guedes falou aos presentes: “Os senhores são homens de inteligência, de prestígio, de dinheiro: TOMEM A RUA DE JANGO. Se preciso, gastem do próprio bolso (...) mobilizem a opinião pública, que sabemos insatisfeita e apreensiva, mas abúlica” (GUEDES, 1979, p. 131).

Logo após o golpe civil-militar de 31 de março de 1964 o novo governo passou a intervir nas entidades sindicais e muitos sindicalistas foram presos. O regime militar também interveio na composição das diretorias sindicais. A nomeação de Juntas Governativas se tornou uma prática comum, que perdurou até a década de 1980. Além disso, todos os candidatos a cargos de diretoria dos sindicatos precisavam apresentar atestados de antecedentes políticos e sociais e as assembleias sindicais eram, frequentemente, monitoradas.

Em João Monlevade, dias após o golpe, em 4 de abril de 1964, foi nomeado pelo General Carlos Luíz Guedes, como interventor do Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos, um Tenente Coronel Reformado que era chefe da segurança da CSBM. O Tenente permaneceu pouco tempo como interventor, apenas um mês, até maio de 1964, quando foi indicada uma Junta Governativa para dirigir a entidade. Contudo, em 11 de maio de 1964, o mesmo Tenente foi credenciado pelo General Carlos Luíz Guedes como elemento de ligação entre as autoridades policiais militares em João Monlevade e a ID/4.3

Em abril de 1964, o General Carlos Luíz Guedes também ordenou que o major Paulo Vianna Clementino, oficial do Serviço Secreto do Exército, se dirigisse até a sede do Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos em João Monlevade para proferir palestra para os operários

Apoio da empresa às intervenções sindicais ocorridas em 1964

³ Processo 4281, 7º volume, páginas 162 a 165. Acervo do Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos de João Monlevade

sobre o contexto político daquele momento e o que estava ocorrendo na localidade. Segundo o próprio major Paulo Vianna,

Naquela palestra, mostrei para a população de Monlevade e seus operários o que se passava no País e mais particularmente naquela cidade, existindo uma série grande de material subversivo, além de com eles analisar as greves ali deflagradas ineditamente.⁴

A intervenção no sindicato aconteceu sucedida de palestra ministrada por major do Exército destinada aos metalúrgicos, com a finalidade de explicar o que ocorria na cidade naquele momento: forte perseguição aos considerados “subversivos”.

A CSBM em seu jornal O Pioneiro, publicado em maio de 1964, emitiu sua opinião sobre o novo regime e a atitude deste frente aos sindicatos de trabalhadores:

Iniciou o país uma nova etapa histórica com a *rebelião democrática que levou ao poder o Marechal Castelo Branco*. Uma das primeiras providências do novo governo – inspirada, aliás, na própria motivação do movimento revolucionário – foi o *exame minucioso das atividades ilegais que vinham sendo mantidas por diversos Sindicatos, em todo o país*. (...) Em consequência, foram realizados inquéritos e promovida a intervenção em diversos Sindicatos. Assim ocorreu, entre outros, com as entidades classistas de Monlevade e Siderúrgica [Sabará], onde se pode verificar a existência de ligações políticas com destacados líderes do movimento comunizante que se estruturava no país. *Merece especial registro que as referidas intervenções se processaram em clima de perfeita ordem*, demonstrando os trabalhadores nítida compreensão do momento histórico que vivemos e da *profundidade do esquema que então ameaçava as instituições democráticas*.⁵

Em seu jornal a empresa se posicionou favoravelmente às intervenções sindicais, que visavam combater o “movimento comunizante que se estruturava no país”, e que, segundo ela, “se processaram em clima de perfeita ordem”. Contudo, a partir da pesquisa realizada, o que se levantou foi que, principalmente em João Monlevade,

⁴ Processo presente no acervo da Comissão de Anistia, páginas 500 a 510.

⁵ Jornal *O Pioneiro*, ano IX, nº 150, maio de 1964. Acervo Centro de Memória ArcelorMittal Aços Longos. *Grifos nossos*.

a intervenção no Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos foi acompanhada de diversas prisões e muita violência contra vários operários que eram filiados ao sindicato.

Em 6 de julho de 1964, o Delegado Regional do Trabalho, Onésimo Vianna, encaminhou ao chefe do Departamento de Vigilância Social (DVS)⁶, Fábio Bandeira, a relação dos sindicatos de Minas Gerais que estavam em regime de intervenção. Na listagem constam o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas e de Material Elétrico de Belo Horizonte e Contagem, o Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos de Rio Piracicaba (sede em João Monlevade) e o Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos de Sabará⁷.

Pouco tempo após a intervenção decretada nestes sindicatos foram indicadas Juntas Governativas para esses órgãos de classe, através de Portaria assinada pelo Delegado Regional do Trabalho. Segundo o jornal *O Pioneiro*, produzido pela CSBM, a escolha recaiu: “em nomes de prestigiosas figuras das duas localidades [João Monlevade e Sabará]”⁸.

Em Contagem, o Sindicato dos Metalúrgicos também sofreu intervenção. À época, o presidente, Onofre Martins Barbosa, encontrava-se afastado e o seu vice, Ênio Seabra, era quem ocupava o cargo. Ênio foi afastado do cargo e sofreu diversos tipos de perseguições, sendo preso várias vezes ao longo do regime militar. Uma Junta Governativa também foi indicada pelo Delegado Regional do Trabalho para assumir a direção da entidade.

O controle aos sindicatos a partir de 1964 passou a ser intenso. O Sindicato dos Metalúrgicos de Belo Horizonte e Contagem, por exemplo, sofreu nova ingerência em 1967, quando a Delegacia Regional do Trabalho impugnou a chapa encabeçada por Ênio Seabra, que foi impedido de se candidatar ao cargo de presidente da entidade. A partir desse controle aos sindicatos, que contou com o apoio da CSBM, esses se tornaram espaços de atuação limitada junto aos trabalhadores assumindo um caráter mais assistencialista, com esvaziamento da luta

⁶ Nomenclatura atribuída ao DOPS/MG (Departamento de Ordem Política e Social) no período de 1963 a 1969.

⁷ APM, DOPS, Pasta 0313, páginas 11 a 16.

⁸ Jornal *O Pioneiro*, ano IX, nº 150, maio de 1964. Acervo Centro de Memória ArcelorMittal Aços Longos.

política. A retomada dos sindicatos por lideranças efetivas dos trabalhadores vai ocorrer em momentos distintos em cada uma das cidades, após processos de intensa luta operária.

Após a vitória dos militares e empresários na consecução do golpe civil-militar de 1964, o grupo golpista em São Paulo se tornou oficialmente o Grupo Permanente de Mobilização Industrial (GPMI) no interior da FIESP (SILBERFELD, 1984, p. 1). De acordo com Lemos, “a noção de ‘mobilização industrial’ é crucial para a compreensão das dimensões econômica, militar e política do aparelho que estava sendo criado - privado, porém, com forte e fundamental inserção no Estado, já que dele participavam, oficialmente, representantes das Forças Armadas” (LEMOS, 2018, p. 79). Segundo um dos fundadores do GPMI, Vitório Walter dos Reis Ferraz, o reequipamento das Forças Armadas era concebido pelo GPMI de maneira a conduzi-las à autossuficiência bélica, visando, também, suprir as polícias militares e o mercado civil. O projeto estabelecia uma ligação de mão dupla entre os setores industrial e militar. Não se tratava, do ponto de vista dos empresários, de investir na criação de fábricas de material bélico. O que estava em jogo era a montagem de um conjunto de condições que habilitassem as fábricas voltadas para o mercado civil a produzir material militar em tempo relativamente curto, sempre que necessidades da segurança nacional as demandassem (LEMOS, 2018, p. 82).

A partir da experiência paulista, o governo Castelo Branco passou a incentivar a criação de GPMI's em outros estados da federação e foi o que ocorreu em Minas Gerais, em novembro de 1965. Segundo o jornal *Correio da Manhã*, “o GPMI de Minas é o segundo do gênero que se instala no país.”⁹ A criação do GPMI-MG na Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG) foi anunciada durante conferência do coronel Pedro Sisson. Segundo esse coronel, o GPMI pode ser “definido como sendo a congregação das classes produtoras e dos órgãos

Participação no GPMI

⁹ *Jornal Correio da Manhã*, 12/12/1965, p. 1. Acervo Hemeroteca Digital.

militares encarregados de prever ações estratégicas, com o objetivo de balancear os meios e preparar a Mobilização Industrial.”¹⁰

O GPMI-MG passou então a ser composto por 6 comissões: vestuário, alimentação, abrigo, medicamentos e equipamentos hospitalares, locomoção e meios de combate. Assumiu como presidente do GPMI mineiro, um diretor da CSBM. Outro diretor da empresa também participou do grupo, como um dos membros da Comissão de Locomoção.

Logo após a deflagração do golpe civil-militar de 1964, entre os dias 3 e 4 de abril, segundo depoimento de oficial do Serviço Secreto do Exército, o Exército utilizou-se de veículos da CSBM “a fim de efetuar diligências no sentido de prender o líder sindical Clodsmidht Riani”¹¹, por esse motivo diretor da CSBM “foi convocado à ID-4 às 2 horas da madrugada a fim de auxiliar o Exército nesse sentido.”¹²

Empréstimo de carros da empresa para o Exército após o golpe de 1964

Imediatamente após o golpe civil-militar de 1964 iniciou-se em João Monlevade um processo de prisões de operários estáveis da CSBM considerados uma “ameaça” ao novo regime. Os trabalhadores foram detidos pela polícia em suas residências ou na própria usina e encaminhados para a cadeia local, sendo que alguns deles foram transferidos para o DOPS/MG, em Belo Horizonte. Muitos desses trabalhadores sofreram torturas físicas e psicológicas. Para realizar o “serviço” policiais foram deslocados de Governador Valadares para João Monlevade a pedido do Tenente Coronel Reformado, que exercia o cargo de chefe da segurança da CSBM.

Demissões e prisões de trabalhadores, tortura a trabalhadores presos e despejos forçados das famílias

Todos os trabalhadores presos e muitos outros estáveis, que não chegaram a ser detidos, foram forçados a assinar pedido de demissão da empresa. Por serem estáveis, de acordo com a legislação do período, não

¹⁰ Revista *Vida Industrial*, out-nov. 1965. Acervo Centro de Memória FIEMG.

¹¹ Clodsmidht Riani foi preso em 1964 e permaneceu 4 anos e 2 meses no cárcere, segundo recorte do jornal *Estado de Minas* de 20/06/1968. APM. DOPS. Pasta 0346, página.12.

¹² Processo presente no acervo da Comissão de Anistia, páginas 495 a 498.

poderiam ser demitidos, por isso a coação para a assinatura, que era realizada na sala do Chefe do Serviço Social da empresa. Os trabalhadores eram conduzidos até o local pela polícia, que, com o uso de armas, ameaçava os operários. Após a assinatura forçada do documento, os trabalhadores eram conduzidos pela polícia até o fórum de Rio Piracicaba para a homologação, pelo juiz local, do “pedido de demissão”.

Após serem forçados a assinarem o pedido de demissão esses trabalhadores eram obrigados a abandonarem suas residências em João Monlevade, que pertenciam à CSBM, e recebiam ordens para “sumir” da localidade.

Alguns trabalhadores da CSBM em João Monlevade que foram coagidos a assinarem pedido de demissão, logo após o golpe civil-militar de 1964, além de terem sido presos e torturados, também viram suas famílias serem vítimas da violência praticada pela polícia com o consentimento da empresa. Vários são os relatos de familiares nesse sentido.

Violência sexual contra
filhas de trabalhadores
presos

Alguns operários da CSBM que não foram forçados a assinarem pedido de demissão em 1964 foram vítimas de violência praticada dentro da usina em João Monlevade. Segundo relato de esposa de operário, encaminhado à CEIVIT, logo após o golpe, seu marido ficou retido na CSBM por cerca de 8 dias, sem poder retornar para casa. O fato ocorreu com diversos operários e quando ela, junto com outras vizinhas, foi até a porta da usina saber do paradeiro do marido, viu que havia um cerco feito pela Polícia Militar na porta da empresa. Com isso, ela não conseguiu entrar, mas foi informada por outros trabalhadores que todos aqueles que estavam dentro da empresa sofriam muito, com variados tipos de tortura psicológica e física, como agressões físicas, sede e fome¹³.

Cárcere privado,
violência física e
psicológica

¹³ Trecho de relato encaminhado à CEIVIT.

Presença de funcionário da empresa em sessões de tortura realizadas nas dependências do DOPS-MG

Alguns ex-presos políticos contam sobre a presença de médico, que era funcionário da CSBM em Contagem (MG), nas sessões de torturas vivenciadas por eles quando detidos pelo regime militar. Segundo Maria Dalce Ricas, que foi presa nas dependências do DOPS-MG, esse médico era acionado pelos policiais para examinar as condições dos torturados que deveriam se manter vivos (SANTANA, 2022). Era ele quem atestava o estado de saúde dos presos e informava se a tortura poderia continuar ou se deveria ser interrompida. A ex-militante, em entrevista concedida à revista *Veja*, em maio de 1979, acrescenta que foi presa no DOPS mineiro em abril de 1971 e “na segunda noite de torturas sentia-me muito fraca e minha perna direita doía bastante. Então, apareceu este médico para me examinar.”¹⁴ Segundo ela, o médico recomendou aos colegas que não mais dessem choques na perna direita. “Obedecendo às instruções eles passaram a me aplicar choques pelo resto do corpo. Eu estava nua e antes eles tinham dado socos em meu estômago.”¹⁵

Em 1979, o médico foi denunciado no Conselho Regional de Medicina (CRM-MG) por sua participação nas sessões de torturas realizadas no prédio do DOPS-MG. Porém, o pedido de cassação do seu registro profissional foi indeferido pelo CRM-MG e ele manteve a sua atuação.

Ex-operário da trefilaria da CSBM em Contagem (MG) narrou, em entrevista concedida para a pesquisa, que foi demitido da empresa por ter se recusado, em 1971, a cortar seu cabelo em estilo black power. O entrevistado contou ainda que um colega de trabalho que usava o mesmo tipo de cabelo aceitou cortar e se manteve na empresa, já ele, que se recusou, foi demitido. Caso que configura racismo e o controle exercido pela empresa sobre os corpos negros, que não podiam usar um penteado

Racismo

¹⁴ Trecho de reportagem da revista *Veja* de 2 de maio de 1979.

¹⁵ Trecho de reportagem da revista *Veja* de 2 de maio de 1979.

que valorizava o cabelo crespo e era considerado um símbolo de afirmação do orgulho negro no período.

No período estudado participar de movimentos políticos de esquerda contrários ao regime militar era crime e alguns trabalhadores da CSBM foram presos por esse motivo. Sálvio Humberto Penna é um exemplo, ele era operário da CSBM e militante da Ação Popular (AP). Ele foi preso em 1971 na porta da trefilaria da empresa, em Contagem, quando chegava para trabalhar e não mais retornou ao trabalho, tendo sido sumariamente demitido (SANTANA, 2022). Sua esposa e seu filho, de apenas 5 dias, também foram detidos na casa da família e levados para o Hospital Militar (COVEMG, 2017). Sálvio foi encaminhado para o DOPS-MG onde foi barbaramente torturado.

Demissões e prisões de trabalhadores por participação em movimentos políticos e/ou grevistas

Casos de dispensas e prisões de trabalhadores ocorreram também em 1968, após a greve de abril, que se iniciou na trefilaria em Contagem. Segundo o jornal *Piquete*, produzido pelo grupo COLINA, em 1968, e voltado para a classe operária, na CSBM, “mais de 200 metalúrgicos foram mandados embora depois da greve. Quase todos são operários estáveis, com mais de 10 anos de casa.”¹⁶ Um empregado da CSBM que participou dessa greve, teve seu nome escrito em ofício datado de 1º de outubro de 1968, em que o Delegado Regional do Trabalho, Onésimo Vianna, solicitava ao Secretário de Segurança Pública de Minas Gerais, providências para deter e instaurar processo criminal contra aqueles que julgava serem os responsáveis pela eclosão do movimento grevista com base na Lei de Segurança Nacional.¹⁷ O trabalhador foi detido, demitido da empresa e não conseguiu mais emprego em outras fábricas da região.

Em 1983, durante o período de discussão do acordo coletivo e, posteriormente, da greve ocorrida na Usina da CSBM, em João Monlevade, várias dispensas sucederam-se na empresa. O Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos da cidade comunicou à Delegacia Regional do Trabalho em Minas Gerais, em 9 de agosto de 1983 que: “fomos

¹⁶ APM, DOPS, Pasta 0016, página 95, jornal *Piquete*, ano 3, n. 93, 1968.

¹⁷ APM, DOPS, Pasta 0346, página 41, 3 OF. GDR 159/68.

surpreendidos, hoje pela manhã, com a dispensa em massa de 195 companheiros, que, somados aos 21 já dispensados recentemente, perfazem um total de 216 dispensados.”¹⁸

Em 1984, outra greve ocorreu na CSBM em João Monlevade e desta vez, logo após a eclosão do movimento houve a dispensa de 98 trabalhadores.¹⁹ Já na Trefilaria, em Contagem, em greve ocorrida nesse mesmo ano, a empresa dispensou 57 trabalhadores.²⁰

A CSBM no período do regime militar reprimiu a participação de seus trabalhadores nos sindicatos dos metalúrgicos. Mesmo antes de 1964 essa participação já era desincentivada pela empresa. A inibição da empresa para que os trabalhadores não se sindicalizassem, muitas vezes, era realizada a partir de penalidades impostas aos sindicalizados. Esses muitas vezes não conseguiam ascensão no trabalho, seus filhos tinham dificuldades de se empregarem, além de vivenciarem o constrangimento de serem excluídos do convívio direto com outros funcionários, que temiam perder o emprego devido à proximidade com trabalhadores sindicalizados.

Repressão à
organização de
trabalhadores

Em material produzido pelos operários e localizado na Trefilaria da CSBM em Contagem, em outubro de 1971, consta denúncia das condições de trabalho no local:

Somos obrigados a entregar nossa saúde nos tanques de ácidos e fornos de alta temperatura, sem a menor proteção. Temos que tomar água quente. (...) Temos que produzir mais e mais. Por causa disso quantos companheiros já perderam a vista, dedos, pernas e até a vida aqui dentro.²¹

Danos à saúde em
decorrência de
trabalho em condições
insalubres

¹⁸ Processo TRT/DC/68/83, página 62. Acervo do Tribunal Regional do Trabalho 3ª Região.

¹⁹ Processo TRT/DC/08/84, página 5. Acervo do Tribunal Regional do Trabalho 3ª Região.

²⁰ Jornal *O Metalúrgico*, ano VIII, nº44, agosto de 1984, p. 5 Acervo do Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos de Belo Horizonte e Contagem.

²¹ APM, DOPS, Pasta 0953, página 2. Material produzido pelos operários e encontrado na CSBM.

Muitos foram os relatos de entrevistados que trataram de danos à saúde e acidentes causados pelo trabalho nas siderúrgicas da CSBM. Um deles afirmou que seu pai era pedreiro refratário na usina de Sabará e trabalhava consertando alto-forno em uma temperatura de 800° C. O pai faleceu em decorrência de problemas nos rins, pois “praticamente cozinhou os rins” devido ao trabalho.

O jornal *O Metalúrgico* também relatou acidentes fatais ocorridos na CSBM. Na edição de outubro de 1982 foi publicado que: “Na Belgo de Monlevade um companheiro nosso morreu carbonizado quando a munha do carvão caiu sobre ele, que fora obrigado a tirá-la da boca do forno com uma lança. Na Trefilaria um outro veio a falecer ao cair do telhado do galpão.”²²

Além dos danos causados a muitos trabalhadores e seus familiares, os indícios apontam que a CSBM também provocou danos ao meio ambiente. Isso porque realizou o corte de muitas matas nativas em Minas Gerais, cuja madeira era empregada na produção do carvão vegetal utilizado nas suas siderúrgicas. Além disso, a empresa, com o apoio do Estado ditatorial, investiu maciçamente no plantio de eucalipto, também visando a fabricação do carvão vegetal. Em 1966, o governo militar promulgou a Lei nº 5.10623 que concedia benefícios fiscais de até 50% do valor de imposto de renda devido para pessoas jurídicas ou físicas que realizassem o florestamento ou o reflorestamento, o que beneficiou a CSBM. A empresa plantava eucalipto em grandes extensões de terra que haviam sido desmatadas. O eucalipto, por sua vez, era um cultivo que gerava impactos negativos ao meio ambiente, como o empobrecimento e a erosão do solo, e a empresa ainda recebia isenção fiscal para realizar tal ação.

Devido aos danos provocados aos trabalhadores de João Monlevade sugere-se que a empresa financie a criação de um Centro de

DANOS e REPARAÇÕES

²² Jornal *O Metalúrgico*, ano VI, nº 37, outubro de 1982, s/p. Acervo do Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos de Belo Horizonte e Contagem.

²³ Lei disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-5106-2-setembro-1966-368482-normaatualizada-pl.html>

Memória dos Trabalhadores e o mantenha, no prédio onde se instalou a primeira sede do Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos de João Monlevade, construção próxima a área da usina, que hoje pertence ao sindicato, mas que não se encontra ocupada. A existência de um lugar de memória da classe trabalhadora no município será de grande importância para a população. Além disso, sugere-se que a empresa apoie a produção de material didático voltado para as escolas de João Monlevade que narre a história dos trabalhadores da cidade.

Outra iniciativa que se sugere é que a empresa apoie financeiramente a instalação do Memorial dos Direitos Humanos na antiga sede do DOPS-MG, situada na Avenida Afonso Pena, em Belo Horizonte. O local foi tombado pelo Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais e já foi destinado por lei para se tornar um memorial. Obras estruturais foram realizadas, projeto expográfico foi elaborado por equipe multidisciplinar da UFMG, porém por falta de recursos ainda não foi executado.

Além disso, sugere-se que a empresa financie a organização de arquivos públicos que são fundamentais para o desenvolvimento de novas pesquisas relacionadas à temática ditadura e empresas em Minas Gerais, tais como o acervo da COSEG, que se encontra em estágio inicial de organização no Arquivo Público Mineiro; e o acervo da antiga Ruralminas, que hoje está sob a guarda da Superintendência de Regularização Fundiária de Minas Gerais e não possui qualquer tipo de organização para consulta pública.

Para a realização deste trabalho adotou-se como metodologia a articulação entre a pesquisa histórica documental em arquivos e a história oral. Desta forma, o processo de trabalho consistiu no levantamento de dados e no cruzamento de fontes não só escritas, mas também orais. Além da pesquisa em fontes primárias, a pesquisa também levantou bibliografia referente à história da empresa, à articulação dessa na deflagração do golpe civil-militar de 1964 e a sua atuação durante o período compreendido entre 1964 e 1985.

MÉTODOS

No que se refere aos documentos arquivísticos foram pesquisados os seguintes acervos: Centro de Memória da Fundação ArcelorMittal Brasil; fundos Departamento de Ordem Política e Social de Minas Gerais (DOPS/MG), Coordenação Geral de Segurança (COSEG) e Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (SEDESE), série 1 Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos (CONEDH), subsérie 1 Processos de Indenização às Vítimas da Ditadura, que estão sob a guarda do Arquivo Público Mineiro (APM); processos da Comissão da Anistia; documentação do Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos de Belo Horizonte, Contagem, Ibirité, Sarzedo, Ribeirão das Neves, Nova Lima, Raposos e Rio Acima; fundo SNI disponível no online no portal Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN); Secretaria Regional do Trabalho de Minas Gerais, antiga Delegacia Regional do Trabalho (DRT-MG); Tribunal Regional do Trabalho (TRT) da 3ª Região; Superintendência de Regularização Fundiária, que detém a guarda da documentação da antiga Fundação Rural Mineira (Ruralminas); Câmara dos Deputados, documentação da CPI do IBAD e do IPES; Centro de Documentação Dom Tomás Balduino (CEDOC), que detém a guarda do acervo da Comissão Pastoral da Terra (CPT); Jornal dos Bairros (1976-1982), coleção pessoal de Nilmário Miranda; jornais disponíveis na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional; processos trabalhistas cedidos pela advogada Ellen Ferraz Hazan; processo trabalhista cedido pelo Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos de João Monlevade; documentação cedida pela família de Geraldo Oscar de Menezes e por Osias Ribeiro Neves, ambos antigos empregados da Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira e documentação cedida por Geraldo Rodrigues Sete, ex-vereador de Nova Era (MG), preso em 1964.

A variedade de documentos consultados, desde sindicais a policiais, passando por órgãos da imprensa alternativa a processos trabalhistas, permitiu o cruzamento de dados. Além disso, a análise não deixou de considerar os produtores dos documentos, principalmente aqueles ligados aos órgãos de repressão, instituições que tinham por objetivo coibir a “subversão”. O discurso policial era marcado por uma lógica

acusatória e por uma visão de mundo explicitamente anticomunista, que não devem ser negligenciadas (MOTTA, 2003).

Além da pesquisa nos acervos apresentados foram consultadas entrevistas orais do acervo do Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos de João Monlevade, que estão disponíveis no site <https://ceremjm.wordpress.com/>. Desta forma, foi feito o reaproveitamento de entrevistas já produzidas por outros pesquisadores e, também, realizadas novas entrevistas com 34 pessoas. Essas foram entrevistas temáticas que contaram com a elaboração de roteiros prévios, que abordaram a memória dos entrevistados sobre suas vivências ou de seus pais relacionadas à CSBM, principalmente às condições de trabalho e às greves; a atuação da empresa na violação de direitos, a relação dessa com o aparato estatal do período; e a atuação do movimento sindical na empresa e junto aos seus operários. Todas as entrevistas foram gravadas em áudio Mp3 e foram transcritas. Além disso, os entrevistados assinaram termo de consentimento livre e esclarecido para que o material pudesse ser utilizado nesta pesquisa. 31 entrevistas foram realizadas presencialmente nas cidades de Belo Horizonte, Betim, Contagem, Itabirito, Ouro Branco, João Monlevade e Sabará; e 3 foram feitas de forma remota, através da plataforma do google meet.

Luciana Heymann e Verena Alberti, em artigo de 2018, abordam a pouca reutilização por pesquisadores de entrevistas orais disponíveis para consulta. As autoras propõem o reuso dessas entrevistas, vistas como documentos e não monumentos, que carregam não apenas testemunhos, mas relações, intenções, condicionantes institucionais, injunções sociais etc. (HEYMANN; ALBERTI, 2018). Neste sentido, o reuso de entrevistas não se limita a repetir verdades cristalizadas, mas a propor novas análises para temáticas já abordadas. É desta maneira que o reuso de entrevistas foi empregado nesta pesquisa, com avaliações novas de temas já trabalhados. Além disso, algumas vezes, as entrevistas trataram de temas considerados secundários para as pesquisas anteriores, mas que para este trabalho foram centrais. Desta forma, a pesquisa articulou o uso de bibliografia, de documentação textual recolhida em acervos diversos e

de entrevistas de história oral, tanto feitas por outros pesquisadores quanto realizadas por membros da equipe.

COVEMG. Relatório final. Volume 5. Belo Horizonte (MG): Frente Verso Editora, 2017.

GUEDES, Carlos Luís. *Tinha que ser Minas*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1979.

HADZALIC, Irma. *Transatlantic Iron Connections: Education, Emotion, and the Making*

of a Productive Workforce in Minas Gerais, Brazil (1910–1960) In: PRIEM, K.; HERMANN, F. (orgs.). *Fabricating Modern Societies: Education, Bodies, and Minds in*

the Age of Steel. Luxemburgo, Brill, 2019.

HEYMANN, Luciana Quillet; ALBERTI, Verena. *Acervos de história oral: um patrimônio silencioso?* In: BAUER, Leticia Brandt; BORGES, Viviane Trindade. *História oral e patrimônio cultural: potencialidades e transformações*. São Paulo: Letra

e Voz, 2018.

LEMONS, Renato Luís do Couto Neto e. *O Grupo Permanente de Mobilização Industrial (GPMI) e o regime ditatorial no Brasil pós-1964*. In: MARTINS, Mônica de Souza Nunes; CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. *Política econômica nos anos de chumbo*. Rio de Janeiro: Consequência, 2018.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá [et al]. *República, política e direito à informação – Os arquivos do DOPS/MG*. *Varia História*. Belo Horizonte, n° 29, janeiro de 2003.

MOYEN, François. *A história da Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira: uma trajetória de crescimento consistente (1921-2005)*. Belo Horizonte: Arcelor Brasil S/A, 2007.

NEVES, Osias; CAMISASCA, Marina Mesquita. *Aço Brasil: uma viagem pela indústria do aço*. Belo Horizonte: Escritório de Histórias, 2013.

SILBERFELD, Jean-Claude Eduardo. *O Grupo Permanente de Mobilização Industrial da FIESP: 1964-1967*. Dissertação (Mestrado em História), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1984.

STARLING, Heloísa Maria Murgel. *Os Senhores das Gerais: Os Novos Inconfidentes e o Golpe Militar de 1964*. Petrópolis: Editora Vozes, 1986.

Fontes:

Decreto n° 16.103, de 18/07/1923. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-16103-18-julho-1923-514800-publicacaooriginal-1-pe.html>

Lei n° 5.106, de 02/09/1966 Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-5106-2-setembro-1966-368482-normaatuizada-pl.html>

SANTANA, Dominique. *Filme A Colônia Luxemburguesa*, 2022. Disponível em: <https://colonia.lu/pt-br>

BIBLIO

Processo Trabalhista 4281, 7º volume, Acervo do Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos de João Monlevade;
Processo da Comissão de Anistia;
Jornal O Pioneiro, ano IX, nº 150, maio de 1964. Acervo Centro de Memória ArcelorMittal Aços Longos;
Jornal Correio da Manhã, 12/12/1965. Acervo Hemeroteca Digital;
Jornal Correio da Manhã, 29/05/1970. Acervo Hemeroteca Digital;
Jornal O Metalúrgico, ano VIII, nº44, agosto de 1984. Acervo do Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos de Belo Horizonte e Contagem.
Jornal O Metalúrgico, ano VI, nº 37, outubro de 1982. Acervo do Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos de Belo Horizonte e Contagem.
Revista Vida Industrial, out-nov. 1965. Acervo Centro de Memória FIEMG;
Fundo SEDESE, subsérie 1 Processos de Indenização às Vítimas da Ditadura, Processo 194;
Fundo DOPS, Pastas 0016, 0313, 0346, 0953. Acervo do Arquivo Público Mineiro;
Processo TRT/DC/68/83, Acervo do Tribunal Regional do Trabalho 3ª Região;
Processo TRT/DC/08/84, Acervo do Tribunal Regional do Trabalho 3ª Região;
Relato encaminhado à CEIVIT;
Revista Veja de 2 de maio de 1979.

Marina Mesquita Camisasca (*coordenadora*)

Manoela Bicalho Martins de Carvalho

Otávio Lopes de Souza

Vitória Francis Duquina

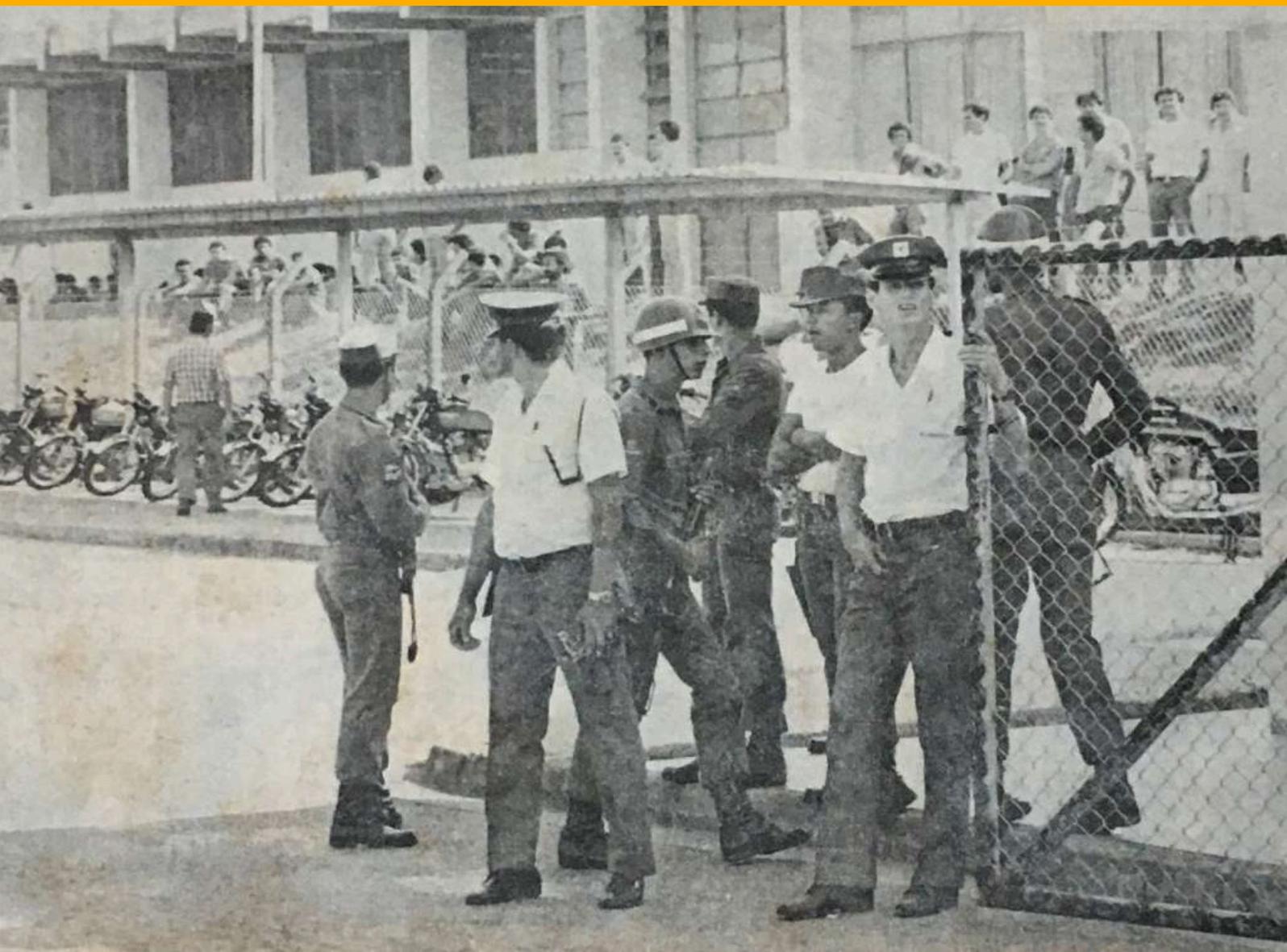
Amanda Ferreira Coelho

EQUIPE

EMBRAER

Embraer sitiada (1984).

Foto: Jornal Valeparaibano.



A criação da EMBRAER foi formalizada no governo de Artur da Costa e Silva, por meio do Decreto n.º 770 de 19 de agosto de 1969. No entanto, suas atividades só começaram em 2 de janeiro do ano seguinte, em São José dos Campos (SP). Até 1985, as instalações industriais da EMBRAER expandiram-se e incorporaram, no Brasil, a Neiva Indústria Aeronáutica S/A (1980), transformando-se em EMBRAER - Unidade Botucatu. No exterior, a EMBRAER assumiu a EMBRAER Aircraft Corporation nos Estados Unidos (1979) e a EMBRAER Aviation Internacionale na França (1983).

Alguns autores (Forjaz, 2005; Cardoso, 2018; Moraes, 2007; Bernardes, 2000) apontam que o embrião para a formação da empresa pode ser encontrado apenas no Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA) e no Centro Tecnológico da Aeronáutica (CTA), que já haviam desenvolvido, em 1965, o avião civil “Bandeirante”. Entretanto, ao investigarmos mais profundamente o contexto de sua criação, foi possível identificar uma estreita relação com a fundação do Grupo Permanente de Mobilização Industrial (GPMI), estabelecido em 1962, como resultado da articulação entre empresários e militares que apoiavam o golpe e estava intrinsecamente vinculada às atividades do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES). O IPES surgira em 1961, de uma articulação do empresariado multinacional e associado com os militares para integrar diversos grupos e organizar uma coesão interna da fração mais internacionalizada do empresariado em uma oposição que pudesse desestabilizar, esvaziar e deter o governo de João Goulart e as forças sociais que o apoiavam, para assegurar a “conquista” do Estado, reconfigurar sua estrutura institucional a sua maneira, tanto no quadro de dominação, como no conjunto das determinações do capitalismo (Bortone, 2018).

O GPMI constituiu-se enquanto um aparelho de natureza privada, mas com expressiva inserção no Estado, através da participação de representantes das Forças Armadas e com aportes de Fundos governamentais, reunindo

empresários¹ e militares², com financiamento de diversas empresas de diferentes setores econômicos.

O Grupo, estabelecido no âmbito da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), tinha como meta principal fornecer armas e equipamentos para o movimento golpista em São Paulo e garantir a plena cooperação das indústrias do estado com as autoridades militares, atendendo às suas necessidades decorrentes da “Revolução”, sob os parâmetros da defesa da segurança nacional.³ O GPMI também tinha a missão de abastecer as polícias militares e o mercado consumidor civil.⁴ Conforme explica Theobaldo De Nigris, presidente da FIESP,

O movimento de 31 de março de 1964, necessitando naquela ocasião, de maior quantidade de equipamento, não só militar, mas de uso comum às Forças Armadas no estado de São Paulo, deu praticamente origem à formação do Grupo Permanente de Mobilização Industrial da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo. Ao criarmos esse importante organismo, tivemos presente a ideia de que cabia a todos os brasileiros e, principalmente, às classes produtoras, a responsabilidade de manter as Forças Armadas bem providas, pois disso dependem nossa segurança interna e externa e nossa sobrevivência como homens livres (De Nigris *apud* Lemos, 2017, p. 60).

¹Raphael de Souza Noschese - Líder do IPES-SP, membro da FIESP/CIESP, em sua Fazenda Noschese foi criado um depósito de munição, uniforme e alimentos (Dreifuss, 2006, p. 413). Foi do conselho diretor da EMBRAER no período 1976-1981; Victório Walter dos Reis Ferraz - Presidente do GPMI, membro do CONCLAP, da Câmara Americana de Comércio (AMCHAM) e do IPES-SP. Foi do conselho diretor da EMBRAER, 1969-1988; Mário Amato - Presidente da FIESP, empresário acionista majoritário da Springer S/A, diretor da EMBRAER, 1972-1978 e conselheiro 1982; Theobaldo De Nigris; Quirino Grassi - Empresário do setor automotivo (Grassi S/A Ind. e Comércio), fabricou, em 1964, quatro veículos blindados para controle de distúrbio civil, VDT – Veículo de Dispersão de Tumultos, para a Política Militar de São Paulo (Ponce, 2022, p. 152); Paulo Mariano dos Reis Ferraz; João Gustavo Haenel; Oswaldo Palma; Vicente Chiaverini; Décio Fernandes Vasconcellos - Empresário membro do IPES-SP, proprietário da D. F. Vasconcellos S/A Óptica e Mecânica de Alta Precisão, vinculado à produção bélica. Em 1982 desenvolveu um míssil com tecnologia desenvolvida pelo CTA para equipar os aviões da FAB (*Jornal do Brasil*, 09 mai. 1982, 1º Caderno, Nacional, p. 24). Além de mísseis criava lunetas de uso militar, foguetes, lançadores, visor noturno, etc. vendidos para vários países; Odair Damazio e João Batista de Mello e Souza (*Correio da Manhã*, 18 jun. 1966, 1º Caderno, p. 2); Cassio da Costa Carvalho e Jorge Rezende (Máquinas Piratininga) (*Estado de São Paulo*, 27 fev. 1966, p. 23).

² Major brigadeiro Márcio de Souza Melo, general Edmundo Macedo Soares e Silva, general João Franco Pontes, CMG Luiz Penido Burnier, coronel aviador José Vaz da Silva, coronel Augusto Cid de Camargo Osório, coronel aviador engenheiro Agemar da Rocha Santos, coronel engenheiro Paulo Lobo Peçanha, tenente-coronel da Aeronáutica Djalma Floriano Machado, tenente-coronel Geraldo Paglia e major Anápio Gomes Filho (Lemos, 2017). Coronel Nunes de Miranda e Capitão de Mar e Guerra, Januário Coutinho (*Estado de São Paulo*, 27 fev. 1966, p. 23).

³Arquivo Nacional, fundo Estado-Maior das Forças Armadas, Cód. Doc. br_dfanbsb_2m_0_0_0529_v_02_d0001de0001, p. 78-81 p. 78-81.

⁴Arquivo Nacional, fundo Conselho de Segurança Nacional, Cód. Doc. br_dfanbsb_n8_0_psn_est_0086_d0001de0001, p. 6-8. p. 6-8.

Inicialmente, a finalidade do GPMI era estabelecer uma ligação de mão dupla entre os setores industrial e militar. Nesse estágio, não se tratava de investir na criação de fábricas especializadas em material militar. Conforme Lemos (2017, p. 59), o que estava em jogo era a montagem de um conjunto de condições que facilitasse às fábricas já existentes produzir material militar sempre que as necessidades de segurança nacional o demandassem.

Após o golpe, o GPMI avançou em direção a projetos mais amplos e instituiu diversas comissões que envolviam diferentes setores industriais. Foi criada uma composição orgânica que abrangia setores como veículos e viaturas, autopeças e sobressalentes, artigos têxteis, víveres e alimentação, medicamentos e equipamentos hospitalares, munição e armamento, equipamento elétrico e eletrônico e material e equipamento aeronáutico.⁵

Neste contexto de ampliação, membros do Grupo iniciaram, em 1965, negociações com representantes do governo dos Estados Unidos para a venda de material bélico às tropas norte-americanas na Guerra do Vietnã (1959 e 1975). No ano seguinte, Paul Hower - Departamento de Defesa e membro da Comissão Militar Mista Brasil-Estados Unidos - participou de uma reunião com o GPMI, manifestando interesse em firmar um acordo com o país para a fabricação de aviões-caça em parceria com a North American Aviation.⁶

Conforme documento do Serviço Nacional de Informações (SNI), o GPMI já havia produzido diversos materiais para as Forças Armadas e planejava “a instalação, no Nordeste, de uma indústria de aviões civis e militares, com os recursos provenientes da Lei do Imposto de Renda e depositados no Banco do Nordeste do Brasil”. A região, segundo membros da caserna, carecia de investimentos.⁷

Em maio de 1966, Victório dos Reis Ferraz anunciou que o Brasil fabricaria aviões militares para a luta contrarrevolucionária, com o objetivo de abastecer as tropas norte-americanas no Vietnã. Na ocasião, Ferraz informou que havia solicitado propostas de sete empresas dos Estados Unidos visando

⁵Arquivo Nacional, fundo Estado-Maior das Forças Armadas, Cód. Doc. br_dfanbsb_2m_0_0_0519_v_01_d0001de0001, p. 474-475.

⁶ *Estado de São Paulo*, 26 mar. 1966, p. 10.

⁷Arquivo Nacional, fundo Conselho de Segurança Nacional, Cód. Doc. br_dfanbsb_n8_0_psn_est_0086_d0001de0001, p. 6-8.

à instalação de uma fábrica de aviões.⁸ Em junho, Ferraz declarou que, em quatro anos, o Brasil teria sua indústria aeronáutica funcionando e produzindo em larga escala aviões comerciais e militares.⁹

A conexão orgânica entre a empresa e membros do IPES e do GPPI/FIESP tornou-se ainda mais evidente ao analisarmos a composição da diretoria da EMBRAER durante o período. Desde a fundação da EMBRAER, em agosto de 1969, três membros do GPPI ocuparam cargos-chave na empresa, destacando a conexão orgânica entre militares e empresários no Grupo. Isso revela o papel desempenhado pelo GPPI na criação de um complexo industrial-militar no Brasil para a produção de materiais bélicos, com a EMBRAER desempenhando uma ação estratégica fundamental.

A diretoria era formada por uma variedade de profissionais, incluindo militares, engenheiros com formação no CTA e no ITA, além de indivíduos provenientes de cargos públicos e empresários que participaram do golpe de 1964 por meio do IPES e GPPI. Essa análise reforça a evidente interação entre setores empresariais e militares no contexto da EMBRAER.

No período de 1970 a 1985, a EMBRAER desfrutou de uma continuidade de benefícios econômicos e apoio governamental que impulsionou seus projetos de expansão. Conforme observado por Dagnino (1989, p. 223), houve um alto grau de coordenação, algo “raríssimo na história das políticas públicas brasileiras”, como confirmado pelo presidente da EMBRAER, Ozires Silva (1998, p. 284), em sua biografia, onde declarou ser “realmente uma vantagem exclusiva”. As manobras para beneficiar economicamente a empresa foram tão significativas que, em 1981, o secretário da Agricultura do estado de São Paulo, Guilherme Afif, denunciou que o governo federal desviava recursos da Agricultura para financiar aviões da empresa.¹⁰

Benefícios
econômicos
recebidos

⁸ ALVES, Hermano. Armas para o Vietnam? *Correio da Manhã*, 31 mai. 1966, 1º Caderno, p. 6. Disponível em: https://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842_07&pasta=ano%20196&pesq=Ferraz&pagfis=71962. Acesso em: 23 set. 2023.

⁹ *Estado de São Paulo*, 26 jun. 1966, p. 26.

¹⁰ SECRETÁRIO volta a criticar política agrícola. *Folha de S. Paulo*, 29 ago. 1981, p. 21. Disponível em: <https://l1nq.com/acervofolhacombr-leitor>. Acesso em: 16 jan. 2024.

A EMBRAER beneficiou-se de uma variedade de incentivos em todos os níveis, incluindo isenções fiscais e tributárias, reserva de mercado e encomendas governamentais, que garantiram as vendas das aeronaves. Além dos benefícios criados para lhe atender diretamente, a empresa favoreceu-se com as políticas trabalhistas implantadas desde 1964, que restringiram os direitos dos trabalhadores e contribuíram para a superexploração do trabalho, auxiliando, assim, para aumentar os lucros da empresa.

Como empresa militarizada, a EMBRAER implantou critérios militares na produção e mantinha uma rotina rígida de controle e pressão sobre os trabalhadores.

Em entrevistas, estes relataram que, para o uso do banheiro, havia severo controle, com o tempo predeterminado e com a autorização da chefia. Caso passasse desse tempo, o trabalhador poderia sofrer pressões e sanções, como ficar em uma lista e na primeira oportunidade seria demitido. Para sair da sessão, exemplificou outro trabalhador, tinha que assinar um papel marcando a hora que saía e voltava, com a assinatura do chefe. No final do mês era avisado pela chefia quanto tempo havia ficado fora do seu setor, mesmo tendo saído a trabalho. Fazer ligações telefônicas, só com a autorização da chefia e em horários predeterminados, não na hora em que realmente se necessitava. Se recebesse duas ou mais ligações, “estavam ferrados”, contou o trabalhador.

Para manter esse domínio e aumentar a produção, a EMBRAER estabeleceu uma técnica de controle e exploração, o Círculo de Controle e Qualidade (CCQ), que consistia em uma ferramenta gerencial de controle calcada na motivação para aumento da produção. Mas a ferramenta gerencial tinha outro lado. Segundo o *Jornal do Metalúrgico*, o CCQ fazia com que os trabalhadores passassem a colaborar de uma forma fanática e gratuita com o aumento da produtividade e com o lucro da empresa.¹¹ Um trabalhador entrevistado explicou que havia um tempo para executar um serviço, controlado e pressionado pela chefia para maior redução. Se gastasse um

POSSÍVEIS VIOLAÇÕES

Militarização da
produção

¹¹*Jornal do Metalúrgico*, nº 10, outubro de 1982, p. 7.

tempo maior por algum motivo pessoal ou por uma eventualidade da própria rotina de trabalho, ficava marcado. Cabia ao chefe julgar quem estava indo muito devagar e quem estava indo muito ao banheiro, por exemplo. Caso não fosse satisfatório, havia ameaça de demissão.

Conforme documentos levantados nos arquivos públicos, existiram grupos, formados por empresas e agentes do Estado, que discutiam sobre os movimentos dos operários nas fábricas com o objetivo de controlar, reprimir, perseguir e compartilhar listas, à revelia dos trabalhadores, com seus dados pessoais para impedir que os demitidos conseguissem colocações profissionais em outras empresas.

Estratégia do empresariado para a repressão: “listas sujas”

Identificamos a existência de dois grupos que produziram “listas sujas”: o Grupo Diógenes e o Centro Comunitário de Segurança nas Empresas do Vale do Paraíba (CECOSE-VP). O primeiro surgiu, em 1964, na região de São Bernardo do Campo (SP) composto por 54 pessoas, algumas das quais eram representantes de empresas do complexo industrial de São Paulo¹² e outras eram funcionários de Ministérios e autarquias, representantes de algum poder militar e autoridade de plantão. A EMBRAER era representada pelo chefe do Departamento de Recursos Humanos (RH), que confirmou, em entrevista escrita, a sua participação.

Acusado de ser responsável pela elaboração das “listas sujas”,¹³ o Grupo Diógenes realizava reuniões mensais em empresas anfitriãs para discutir sobre o movimento trabalhista, cursos, aumentos salariais, bolsas de empregos, etc.. Conforme documento do Ministério da Indústria e Comércio – ASI/Cosipa, entre os componentes do Grupo havia troca de favores, através de tráfico de influência, que atingia os escalões da administração pública, no âmbito municipal, estadual ou federal. O Grupo tinha relevância política e influenciava as políticas de gestão de pessoal. Nos anos 1970, o Grupo foi

¹² Philips, Petrobrás, M. Santista, CE-Santo André, Firestone, M. Perkins, Posch, Dersa, Dow Química, Cosipa, L. Corrente, Gessy, Cica, Ford, Fiat-Allis, Imperial, S. Williams, Daver, Creasi-Cumins, G. Motors, Vasp, [...] (ilegível) Clark, Incontron, Votorantim, Johnson, Comind, Brasilit, Villares, Volkswagen, Massey, Manri, GM-SCS, Ford, Rhodia, Alcen, Brastemp, Docas, FNV, Alpargatas, Chevrolet, Cobrasma, Refinações, Philco, Q. Serrana, Cerming, TUV Cerrar, G. Itru, J. I. Case, Metrô, Bayer, Chrysler, Mapril e **EMBRAER**. Fonte: Arquivo Nacional. Fundo Serviço Nacional de Informações; Cód. Doc. br_dfanbsb_v8_mic_gnc_aaa_82026160_d0001de0001).

¹³ BARRADOS no emprego. Revista *Isto É*, 19 jun. 1985, nº 443, p. 37.

interlocutor permanente do ministro do Trabalho Arnaldo Pietro, participou de todos os seminários e discussões, levada a vários estados brasileiros para definir o programa de alimentação das empresas que resultou na Lei n.º 6.321 de 1976 de incentivos fiscais. Colaborou na definição do programa de treinamento de recursos humanos transformado na Lei n.º 6.297 de 1975.¹⁴

Com irrestrita cooperação dos RHs das empresas, que seguiam *ipsis litteris* as instruções, o Grupo determinava como tratar e manipular os sindicatos, indicava quem devia admitir, como as secretárias e as recepcionistas, que eram instruídas a passar informações de quem chegava ou saía, o que falava a subornar outras mulheres, a fim de controlar a movimentação de todos os setores¹⁵.

O CECOSE, pelos documentos encontrados nos acervos do Arquivo Nacional e do Arquivo Público do Estado de São Paulo, existiu pelo menos no período de 1983 a 1991. O Centro congregava representantes das indústrias da região do Vale do Paraíba, algumas de São Paulo e outras de regiões próximas, com a finalidade de trocar dados sobre segurança patrimonial e industrial, discutir e compartilhar informações sobre trabalhadores demitidos, o andamento dos movimentos operários, movimentos grevistas, atividades dos sindicatos, organizações políticas e conjuntura, além de circular panfletos dos sindicatos. De acordo com os documentos, as reuniões aconteciam mensalmente com os chefes de segurança das empresas e, frequentemente, eram convidados integrantes de diversos órgãos de informações – Exército, Marinha, Aeronáutica, Polícias Federal, Estadual e Municipal. Era, portanto, uma atividade de colaboração entre empresários e a ditadura na perseguição aos trabalhadores e ao movimento operário.

As “listas sujas” compartilhadas continham dados e informações sobre os motivos pelos quais os trabalhadores haviam sido demitidos. Essa prática tinha como finalidade exclusiva impedir suas colocações profissionais em qualquer empresa, o que constituía em vedação ao exercício laboral, desrespeitando, assim, a Constituição de 1967 que, segundo seu Art. 157, declarava que “a ordem econômica tem por fim realizar a justiça social”, com

¹⁴Arquivo Nacional, fundo Serviço Nacional de Informações; Cód. Doc. br_dfanbsb_v8_mic_gnc_aaa_82026160_d0001de0001.

¹⁵*idem*.

base em vários princípios, dentre eles a “valorização do trabalho como condição da dignidade humana”.

Na reunião do dia 3 de agosto de 1983 do CECOSE, realizada no Gávea Hotel, em Taubaté, sob o patrocínio da Mecânica Pesada S/A, o representante da EMBRAER expôs os nomes dos quatro trabalhadores que haviam sido demitidos na greve. O documento contém dados pessoais como filiação, números de documentos e funções na empresa.¹⁶

A divulgação dessas “listas sujas” resultou em grande desemprego na região e na demonização dos trabalhadores demitidos e os penalizou com a impossibilidade de uma recolocação profissional. Em decorrência disso, esses indivíduos passaram por situações extremamente desafiadoras, acarretando danos materiais e emocionais irreparáveis.

A rede de informação e repressão produziu uma vasta documentação relacionada ao monitoramento e controle. Conforme revelam os documentos disponíveis, o monitoramento abrangia o acompanhamento eventual ou cotidiano dos trabalhadores, reuniões privadas, publicações e atividades públicas, além da vigilância, espionagem e infiltração de agentes do SNI na empresa e nas entidades sindicais. Foram elaborados relatórios contendo informações pessoais, como local de residência, filiação, naturalidade, números de documentos e estado civil, assim como informações profissionais, incluindo os cargos ocupados na empresa e filiação política dos trabalhadores.

Monitoramentos
dos trabalhadores

Para o monitoramento, EMBRAER contou com a presença de militares à paisana e agentes do SNI infiltrados para realizar vigilância no interior da fábrica. Essa vigilância abrangia qualquer movimentação dos trabalhadores que fosse considerada de natureza política, sendo prontamente notada pelos trabalhadores militantes que permaneciam atentos a essas presenças. Essa prática de vigilância estava presente desde os primeiros anos da empresa e intensificava-se durante os períodos eleitorais para as diretorias do sindicato, eleições das comissões de representantes, em épocas de greve ou diante de qualquer movimentação dos trabalhadores no sentido de reivindicar direitos.

¹⁶ Arquivo Nacional, fundo Centro de Informações da Aeronáutica (CISA), Cód. Doc. br_dfanbsb_vaz_0_0_04167_d0001de0001, p. 2.

Um trabalhador com a função de desenhista projetista afirmou, em entrevista, que sempre percebeu a presença do SNI dentro da fábrica. Exemplificou que o rapaz que se sentava em uma prancheta atrás da sua era do SNI e que um dia lhe falou declaradamente “veja o que você fala porque a gente é treinado para escutar”. Outro trabalhador acrescentou que na empresa havia desenhistas que claramente nunca tinham manuseado uma prancheta e pessoas do almoxarifado, responsáveis pela entrega de materiais em seu setor, que não pareciam ser profissionais da área de forma evidente, sugerindo que essas pessoas poderiam ser infiltradas.

As informações coletadas por tais “olheiros” eram sistematizadas e compartilhadas com os órgãos repressivos do Estado que as utilizava para promover perseguições, prisões e demissões ilegais e arbitrárias. Algumas informações dos trabalhadores eram repassadas diretamente pela EMBRAER aos órgãos de repressão, como registros de admissão, evidenciando a ligação e a colaboração da empresa com os órgãos e as suas práticas de monitoramento e repressão durante o período ditatorial.

O conjunto dos documentos levantados demonstra que as demissões arbitrárias, na sua maioria, se davam em função dos movimentos grevistas ou de qualquer manifestação reivindicatória de trabalhadores. Muitas delas ocorriam por “justa causa”, penalidade pela qual o trabalhador era dispensado sem o pagamento de praticamente nenhuma verba rescisória. Nas demissões, a EMBRAER não respeitava nem mesmo os trabalhadores candidatos à Comissão de Fábricas ou os membros da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA), que tinham estabilidade em acordo estabelecido entre a empresa e o sindicato.

Demissões
arbitrárias

Para não evidenciar demissões políticas, a estatal justificava que eram “subversivos”, “comunistas” ou demitidos por “inadaptação e fraco desempenho em suas funções”,¹⁷ mas sua meta era eliminar os que confrontavam a empresa, lutavam por respeito aos seus direitos trabalhistas e exigiam o fim da superexploração do trabalho.

¹⁷ Arquivo Nacional, fundo Serviço Nacional de Informações. Cód. Doc. br_dfanbsb_v8_mic_gnc_eee_84016464_d0001de0001.pdf, p. 2.

Nas greves e nas manifestações, os agentes da repressão e os guardas da EMBRAER executaram prisões arbitrárias, as quais violavam a integridade física e psíquica dos trabalhadores. Era uma estratégia ilegal da ditadura, em comum acordo com o empresariado, com a finalidade de silenciar os trabalhadores sindicalistas dos demais e encerrar manifestações.

Um outro trabalhador entrevistado, muito perseguido por suas atividades sindicais, contou que foi preso 16 vezes em diferentes situações. Na última prisão, em 1985, foi preso na delegacia em São José dos Campos, mas, posteriormente, foi levado ao Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), polícia política responsável por sequestros, torturas, mortes e desaparecimentos durante a ditadura, onde foi interrogado e muito torturado, induzido a confessar algo que não fez. Dominado pelo desespero se preparou para se enforcar com sua camisa, quando o advogado conseguiu soltá-lo.

Outra liderança foi presa na greve de 1983. Um guarda armado o tirou da fábrica, impedindo que pegasse seus objetos pessoais no armário. Do lado de fora, quando foi falar no carro de som, a EMBRAER chamou a PM, que o levou para a delegacia do Jardim Paulista, junto com quatro companheiros. Posteriormente, foram transferidos para a Seccional Satélite, local onde foram ameaçados, fichados, fotografados com numeração e tiradas as digitais. As fotos e os dados foram inseridos no livro de bandidos procurados pela justiça criminal.

Foram encontrados muitos documentos dos órgãos de repressão, no período de 1970 a 1981, com informações sobre os candidatos à admissão encaminhados à EMBRAER.

Perseguição por posicionamento ideológico e político

A repressão aos trabalhadores começava no processo de seleção da EMBRAER. Uma praxe da estatal, desde o início do seu funcionamento, era solicitar aos diversos centros de informações, fosse da repressão ou de outras entidades e instituições, que verificassem dados pessoais, políticos e criminais de candidatos a algum cargo na empresa, sem que o trabalhador fosse comunicado sobre a averiguação. Tal ação mostra que não importava a

capacidade técnica ou intelectual, apenas o aspecto político. Cerceando, assim, o direito ao trabalho dos que eram contrários à ditadura.

A EMBRAER internou, por duas vezes, trabalhador em hospital psiquiátrico, sem que ele apresentasse qualquer doença. Na primeira, foi retirado do seu setor por enfermeiros, levado à enfermaria e sedado à força dentro da fábrica e, posteriormente, conduzido ao hospital, onde ficou internado por 45 dias recebendo medicamentos que o deixavam atordoado, quando então era interrogado pelos médicos. Na ocasião, seu irmão, também funcionário da empresa, foi procurado pela assistente social chefe e pressionado para assinar documento autorizando a internação com a justificativa de que o trabalhador havia agredido o chefe, o que não havia acontecido. Assustado e sem saber sobre os fatos, assinou.

Internações como método de extorsão de informações e tortura

Na segunda internação, sob a ameaça de demissão por justa causa, sem nada ter feito e, assistido por um psiquiatra indicado pela empresa, foi levado pelo carro da EMBRAER ao mesmo hospital e internado por mais 45 dias, em ala particular paga pela estatal. Quando teve alta médica, os colegas passaram a suspeitar da sua sanidade mental e ouviu muitos comentários provocadores insinuando que usava drogas e álcool. Depois das duas internações, o trabalhador ficou muito abalado emocionalmente, paralisado, não sabia o porquê das internações e teve muitas dúvidas se, realmente, tinha doença psíquica e sobre o seu futuro, se conseguiria “ser alguma coisa na vida”, explicou.

Na ditadura era comum a prática de tortura de utilização de manicômios e hospitais psiquiátricos para internação dos opositores políticos com a justificativa de que necessitavam de um atendimento de saúde mental, ou seja, tal estratégia foi “um instrumento de violência e de tortura para a quebra, subjugação e assujeitamento dos indivíduos indisciplinados” (Costa, 2009, p. 80). Nestes locais vários morreram; outros passaram, a partir destas internações, a terem doenças psíquicas e de alguns obtiveram informações para continuarem com as perseguições e torturas (Costa, 2009).

Em agosto de 1984, o *Jornal do Metalúrgico* divulgou, em matéria intitulada “Terror na EMBRAER: 155 companheiros afastados”, que militares, não funcionários da empresa, passavam horas interrogando os demitidos, querendo arrancar confissões das suas participações na greve.¹⁸

De acordo com os relatos obtidos nas entrevistas, os trabalhadores demitidos foram submetidos a um interrogatório abusivo e tenso em uma sala privada no interior da fábrica, que tinha um militar armado de guarda na porta da sala, enquanto dentro havia um militar interrogando e outra pessoa datilografando. A duração do interrogatório variou de 10h a 30min e as perguntas visavam obter informações sobre o movimento grevista, saber os nomes dos participantes e das lideranças, muitas vezes utilizando métodos de tortura. Ao final assinaram o depoimento, mas não receberam cópia.

Outro trabalhador que indicaremos com o número 1, que já tinha passado por órgãos de repressão onde foi torturado, explicou que foi “Interrogatório estilo DOI-CODI, mas não teve tabefes”. O militar o encurralou o dia inteiro, das 8 às 18h. De imediato, como uma ameaça, o avisou que “tinha sua ficha completa”, como, por exemplo, que participou de um churrasco em Caçapava, o que realmente acontecera. O trabalhador 2, como o 1, passou o dia inteiro na sala sem se alimentar. O militar que o interrogou, para iniciar, demonstrou conhecer todos os detalhes de sua vida. Ele foi questionado sobre os nomes das lideranças do movimento e ameaçado com a afirmação de que “tudo vai custar muito caro a ele e a sua família”. Após o interrogatório, assinou um documento, mas também não recebeu uma cópia.

O trabalhador 3 narrou que o interrogatório demorou por volta de 1:30h. O militar, de imediato, lhe disse “Não adianta você negar, todos já te entregaram” e lhe mostrou uma relação de nomes. Estratégia de tortura para contrapô-lo aos seus colegas e os denunciar. O ameaçou para falar a verdade e mostrou que sabia muito sobre a sua vida pessoal, como, por exemplo, o nome da sua professora na escola primária. Tortura psicológica com a finalidade de obter informações ou confissões. Perguntou-lhe sobre a organização, qual era o seu papel, pediu-lhe nomes, etc. O fez assinar uma carta admitindo que havia participado da greve e incitado pessoas a

¹⁸*Jornal do Metalúrgico*, agosto 1984, ano III, nº 21, p. 2. Acervo do Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos.

participarem. Por fim, explicou que “a situação era uma ameaça” e “não sabia o que aconteceria, pois era uma ditadura”. Ao final, a Kombi da EMBRAER o levou para casa.

O interrogatório do trabalhador 4 perdurou por 4 horas. No dia estava passando muito mal e com fortes dores, pois tinha quebrado a clavícula em um acidente de carro durante uma panfletagem contra as demissões. Sua esposa o acompanhou e vendo o seu sofrimento implorou várias vezes para liberá-lo ou para transferir para outro dia, mas não foi atendida. O tenente do CTA, que o interrogou, fez ameaças e queria que denunciasse colegas e pedia nomes. O acusou de estar agindo contra a EMBRAER, “que pagava o seu pão”, como se ele recebesse salário sem trabalhar, e queria destruir a empresa. O trabalhador explicou que nunca foi discutido com os colegas sobre esta intenção e a paralisação, antes da chegada da polícia, foi tranquila, sem qualquer dano ao patrimônio da empresa, mas o tenente fazia esta afirmação para justificar a quantidade e a violência da polícia fortemente armada na greve.

O trabalhador 5 relatou que foi interrogado por um militar experiente que lhe fazia uma pergunta e minutos depois a repetia. Uma estratégia de tortura utilizada para deixar o torturado confuso na tentativa de que caísse em contradição. A mesma coisa aconteceu com o trabalhador 6, cujo interrogatório perdurou por 30 min. Explicou que o militar com semblante rude perguntava a mesma coisa em questão de minutos. Ou saía da sala e na volta fazia a mesma pergunta. Pediu-lhe nomes e os responsáveis pelo movimento grevista.

As ameaças, constrangimentos e assédio moral foram violações constantes no trato da EMBRAER com os funcionários. Um trabalhador, em entrevista, narrou que foi retirado do setor por dois guardas armados e levado para uma reunião com o coronel chefe. O Cel. o acusou e o humilhou, durante 20 minutos, diante de uma plateia de aproximadamente 70 trabalhadores de seu setor. O chamou de comunista, arruaceiro, incompetente, vagabundo, que ele não era um indivíduo que representava a opinião dos funcionários. Depois deste acontecimento, o trabalhador passou

Ameaças,
constrangimentos
e assédio moral

a ser discriminado pelos companheiros que quando o viam, atravessavam a rua.

Um outro trabalhador, que se tornou uma liderança dos trabalhadores, relatou que a diretoria da EMBRAER tentou suborná-lo, oferecendo vantagens para persuadi-lo a colaborar com a empresa e a se opor à luta dos trabalhadores. Um diretor o chamou para conhecer a importância da liderança que havia se tornado, buscando saber sua opinião sobre o país. O presidente da estatal presenteou-o com um conjunto de copos da EMBRAER Aircraft, que, posteriormente, foi rifado para arrecadar fundos para o movimento. Prometeram-lhe cargo de chefia. Uma entidade empresarial lhe enviou um cartão e um relógio de presente. Diante de todas as recusas do trabalhador às tentativas de sedução por parte da empresa, a EMBRAER iniciou um processo para afastá-lo do movimento ou encontrar motivos para demiti-lo. Designaram-no para várias funções para as quais ele não tinha habilidades, mas seus companheiros o ajudaram. Mas na greve de 1983, foi demitido e preso.

Cooptação de liderança

Os acidentes de trabalho, causados por negligência da EMBRAER, foram constantes. De uma forma geral, eram originados pela intensificação da exploração da força de trabalho, pela alta carga horária trabalhada causada pelo excesso de horas extras, pela constante pressão e ameaças de demissão, pela falta de equipamentos e infraestrutura adequadas, enfim, pelas violências cotidianas as quais os trabalhadores eram submetidos pela empresa. A EMBRAER tratava os acidentes de forma banal e sempre culpabilizava os funcionários, conforme revista *Bandeirantes*, que os aponta como “distraídos”, “displicentes” ou porque “alguém que se distraiu ao ver passar uma presença feminina mais interessante”.¹⁹

Precarização das condições de trabalho

A incidência de tais abusos e descasos gerou processos na Justiça do Trabalho contra a EMBRAER, responsável pelo controle de tal relação. Segundo processos obtidos junto ao Ministério do Trabalho, a empresa

¹⁹Revista *Bandeirante*, dezembro/1975, nº 66, p. 14.

recebeu várias notificações de irregularidades nos quesitos: falta de ventilação exaustora em diferentes setores, chuveiros com água quente, material para limpeza, enxugo ou secagem das mãos, extintor de incêndio. Foram apontadas escadas de emergência obstruídas e serras circulares nas seções de marcenaria e carpintaria sem proteção. A empresa ainda foi autuada no que diz respeito a riscos ambientais, máquinas e equipamentos, atividades e operações insalubres, proteção contra incêndio e condições sanitárias dos locais de trabalho.²⁰

A denunciado Sindicato dos Empregados Desenhistas Técnicos, Artísticos, Industriais, Copistas, Projetistas Técnicos e Auxiliares do Estado de São Paulo à Delegacia Regional do Trabalho no Estado de São Paulo (DRT-SP), deu origem a relatório conclusivo que apontou condições insalubres nas três salas de desenho, pois havia vários pontos em que o nível de iluminação estava abaixo do limite mínimo permitido, principalmente nos locais em que não havia incidência de iluminação natural.²¹

A Indústria Aeronáutica Neiva, de propriedade da EMBRAER (1980-1994), foi periciada no processo de insalubridade DRH 1.300/1985 – Secretaria de Estado de Relações do Trabalho. Em vários setores constatou-se que não havia utilização de proteção individual dos trabalhadores. Setores em que se fazia uso de agentes químicos, nocivos à saúde, não havia utilização de proteção respiratória e exaustores suficientes. Em outros setores com ruídos acima do permitido, não havia disponível proteção auricular.

Em 1984, a Neiva, com uma faixa de 300 trabalhadores no total, teve 47 acidentes com vítimas e 14 trabalhadores expostos a produtos químicos,²² no ano seguinte ocorreram 39 acidentes com vítimas e 14 trabalhadores expostos a produtos químicos.²³

Segundo relatos dos trabalhadores entrevistados, havia muitos acidentes causados por equipamentos inapropriados para a função, por maquinários com problemas por falta de manutenções periódicas, pela falta de

²⁰Ministério do Trabalho, Processo nº 2447300042/1985

²¹ Ministério do Trabalho, Processo nº DRT: 24.440 - 25.330/ 85 de 29.07.1985 e Processo nº 24457.002127 / 1985.

²² Ministério do Trabalho, Processo nº 2447300042/1985.

²³ Ministério do Trabalho, Processo nº 2447300065/1986.

equipamentos de segurança, como capacetes, luva, abafadores de ouvidos, etc. Com isto, eram comuns dedos decepados, mãos esmagadas, surdez, etc.

Um dos trabalhadores entrevistados que atuava na função de controlador de produção, transportando materiais pesados de um setor para outro no veículo elétrico de produção, o Kadiketo, narrou que, devido à pressão, as cobranças incessantes e o medo da demissão, várias vezes alguns colegas carregavam os materiais pesados nos braços, o que acarretava problemas sérios na coluna, a ponto de precisarem ser afastados para tratamento. Uma outra trabalhadora, membro da CIPA, contou que testemunhou um trabalhador que executava serviço com fibra de vidro com grave alergia nas mãos que ficavam vermelhas, inchadas e descascando e mesmo solicitando a transferência para outro setor menos nocivo, não obteve a permissão.

Outro trabalhador narrou que sofreu uma lesão nas mãos, em 1979, porque a ferramenta que trabalhava era precária e muito grande para a execução do serviço. Sua mão foi engessada, mas não foi aberta a CAT – Comunicação de Acidente de Trabalho, uma obrigação do empregador informar ao Ministério do Trabalho para contabilizar visando o recebimento de qualquer benefício previdenciário e utilizar como base para políticas públicas e um direito do trabalhador.

Para além dos acidentes, o descaso da empresa com o trabalhador chegava ao restaurante. Em 1982, o *Jornal do Metalúrgico* denunciou que o restaurante estava servindo sopa estragada principalmente para o turno da noite.²⁴

Todos esses fatores de insalubridade se tornaram mais letais na medida em que aumentava a exploração do trabalhador, principalmente no quesito de sobrecarga do aumento compulsório da jornada de trabalho.

Superexploração
com horas extras

A exigência da EMBRAER no cumprimento de horas extras foi um severo problema para os trabalhadores, além de contribuir com o desemprego. Embora fosse uma imposição da empresa, a maioria acabava aceitando como

²⁴*Jornal do Metalúrgico*, ano I, nº 3, dezembro de 1982, p. 2

forma de aumentar seus ganhos em um momento de arrocho salarial e desigualdade salarial. Além disso, havia o receio de demissão para aqueles que se recusassem. O cumprimento de excesso de horas extras era uma obrigatoriedade, visto que os funcionários não eram consultados se podiam ou se queriam, e acabou impactando na vida dos operários que não tinham tempo para estudar, para descansar ou para lazer com a família, além de ter prejudicado suas saúdes físicas e psíquicas.

Em 1979, o jornal *Unidade Metalúrgica* do Sindicato dos Metalúrgicos denunciou que, dentre os vários problemas vivenciados pelos trabalhadores, um dos mais sérios era o excesso de horas extras. Ao invés de contratar mais funcionários, discorre a matéria, a empresa exigia que fizesse horas extras pagas a 25% durante a semana e aos domingos 100%. Como a demanda de horas extras era grande, o jornal apresenta estatística. O pessoal era dividido em três tipos: os que faziam horas extras para cobrir os baixos salários que recebiam (75%), os que faziam por obrigação e ameaça de demissão por parte da chefia (20%), e os que faziam horas extras para agradar a chefia (5%).²⁵ Portanto, 100% dos trabalhadores não aumentava sua jornada de trabalho por livre e espontânea vontade.

A irregularidade das horas extras foi motivo de queixa trabalhista e mostra a infração da empresa. Segundo os dois trabalhadores denunciante, eles fizeram, por dois anos, horas extras ininterruptas a pedido da empresa, cujos valores foram incorporados ao orçamento mensal, e foram interrompidas sem qualquer comunicação prévia. A empresa foi condenada a pagar aos reclamantes horas extras suprimidas desde outubro/1982 até a saída de ambos em 1984 e suas incidências sob o 13º salário, férias e Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).²⁶

Segundo um trabalhador que exercia função no Departamento de Pessoal, era comum operário passar mal devido às pressões e ameaças de demissão. Afirmou que um passou muito mal e em seguida morreu dentro da

Morte na
empresa

²⁵Jornal *Unidade Metalúrgica*, ago./1979, p. 8.;

Arquivo Nacional, fundo Serviço Nacional de Informações (SNI), Cód. Doc. br_dfanbsb_v8_mic_gnc_eee_79002254_d0001de0001.pdf.

²⁶Tribunal Regional do Trabalho 15 (TRT15). Processo n.º 1939.1984.5.15.0013. Caixa 22285

fábrica, mas a empresa registrou que o falecimento ocorrera a caminho do hospital.

A desigualdade salarial observada entre trabalhadores inseridos na mesma função, regida pelos mecanismos de super exploração visando a extração da mais-valia, era outro modus operandi da EMBRAER. Muito contestada pelos trabalhadores, foi motivo de greve e demissões.

Desigualdade
salarial

Em 1976, trabalhadores inconformados com as diferenças salariais se organizaram e elaboraram um abaixo-assinado em protesto às diferenças salariais. Após três anos desempenhando a mesma função e recebendo o mesmo salário, diferentemente de colegas no mesmo cargo, os trabalhadores, juntamente com um grupo de 30/40 companheiros, decidiram contestar reivindicando um ajuste e equiparação salarial. A empresa se recusou a receber o documento assinado coletivamente e demitiu os 12 trabalhadores que lideravam o movimento, sob a alegação de "incitação de movimento dentro da empresa". Eles foram advertidos e ameaçados, sendo informados de que não conseguiriam mais emprego na EMBRAER, nem nas empresas que prestavam serviços a ela.

A equiparação salarial foi uma das reivindicações na greve de 1984, visto a enorme discrepância de salário entre trabalhadores que exerciam a mesma função. Segundo o sindicato havia casos de existir até 30 faixas salariais diferentes para uma mesma função²⁷ e entre os 100 guardas havia 15 variações.²⁸

Toda e qualquer movimentação ou organização dos trabalhadores que fosse considerada política era monitorada pelos órgãos de repressão, fossem sindicatos, comissões de representante dos trabalhadores, partidos políticos, etc.

Repressão à
organização dos
trabalhadores

O objetivo era desmobilizar, fragilizar e minar as chances de luta dos sindicatos, ou impedir a sindicalização dos trabalhadores. Desrespeitando a

²⁷GREVE: nem a EMBRAER escapou. *Jornal Valeparaibano*, 10 ago. 1984, p. 4

²⁸GREVISTAS ocupam EMBRAER por aumento salarial de 30%. *Folha de S. Paulo*, 10 ago. 1984, p. 8. Disponível em: <https://encr.pw/acervofolhacombr8860>. Acesso em: 18 jan. 2024.

Constituição de 1967 que, segundo o Art. 159 “É livre a associação profissional ou sindical; a sua constituição, a representação legal nas convenções coletivas de trabalho e o exercício de funções delegadas de Poder Público serão regulados em lei”.

Conforme documentos analisados, o Sindicatos dos Metalúrgicos de São José dos Campos, sua diretoria, as assembleias e as publicações foram muito monitoradas pelos órgãos de repressão, pela Assessoria de Segurança e Informação da EMBRAER (ASI/EMBRAER), subordinada ao Ministério da Aeronáutica e integrada ao SNI, responsável por monitorar o ambiente fabril, pelo CTA e pelo Departamento de Ordem Política e Social (DEOPS). Produziram farta documentação e as difundiram a outros órgãos, igualmente repressivos. O sindicato era vigiado por infiltrados nas assembleias, os quais compilavam os materiais por ele publicados, tais como panfletos, jornais e boletins e por matérias de jornais locais e nacionais, frequentemente acompanhadas por breves resumos elaborados pelos próprios remetentes.

Os dirigentes sindicais eram monitorados e perseguidos. O presidente do sindicato foi barbaramente espancado, em 11 de abril de 1985, por guardas de segurança da EMBRAER que chutaram a sua cabeça e, por isso, ficou três dias internado no hospital Santa Casa de São José dos Campos com traumatismo craniano.

A criação de uma Comissão de Fábrica (CF) foi uma reivindicação dos trabalhadores, mas a estatal não tinha interesse na sua organização. Devido à pressão dos funcionários, a EMBRAER acabou, aparentemente, cedendo, mas aos poucos foi sorrateiramente minando e desorganizando a sua formação. Na greve de 1983, demitiu 4 trabalhadores que faziam parte da primeira comissão de organização. Na greve do ano seguinte, ocorrida quatro dias antes das eleições para a CF, dentre os 126 demitidos, 60 eram candidatos da CF. Os outros 30 candidatos assinaram cartas padronizadas desistindo da candidatura. Segundo relatos de dois trabalhadores, os desistentes eram indicados pelas chefias. Por fim, o gerente da Divisão de Pessoal da estatal enviou carta ao presidente do sindicato afirmando que devido à inexistência de candidatos em número suficiente para que fosse respeitado o princípio da representação dos Departamentos, ficava adiada, por prazo indeterminado, a

eleição da Comissão, conseguindo-se, assim, impedir que os trabalhadores se organizassem.²⁹ Até a privatização da estatal, não houve mais CF na empresa.

O sindicato organizou com os trabalhadores 6 greves na EMBRAER: **Movimentos grevistas 1979-1985**
Greve de 1979 – Reação à superexploração do trabalho; Greve de 1981 – Contra a demissão em massa e ampliação da superexploração (400 demitidos); Greve de 1982 – Aumento de produtividade; Greve de 1983 – Greve geral contra as medidas da ditadura (4 demitidos por justa causa); Greves de 1984 – Contra demissões e equiparação salarial (155 afastados, 126 demitidos por justa causa) e Greve de 1985 – Redução de jornada de trabalho, aumento salarial e estabilidade.

Todas as greves foram tratadas como caso de polícia e contaram com a ação truculenta da Polícia da Aeronáutica (PA) e da Polícia Militar (PM), mas cabe aqui destacar a de 1984, a mais devastadora de todas.

Conforme documento do Ministério do Exército, a EMBRAER convocou tropas ao CTA, que deslocou por volta de 150 soldados que ocuparam os pavilhões, oficinas e portões de saída, enquanto policiais da PM tomaram a área externa, particularmente o estacionamento. O serviço de segurança da fábrica, por sua vez, afastou violentamente os grevistas³⁰. No total, cerca de 1.000 soldados da PA e da PM ocuparam as dependências³¹.

Entretanto, conforme relatos dos ex-trabalhadores, a greve foi bem mais violenta, diferentemente dos informes dos órgãos de repressão. Contam eles que, durante a noite, pousaram aviões na pista da EMBRAER. Desceram tropas de soldados da PA fortemente armados com fuzis e metralhadoras cercando a fábrica, ocupando todos os espaços e apagando as luzes para desorientar os grevistas. Cada prédio tinha dois PAs armados na porta. Os trabalhadores foram encurralados na portaria e, neste momento, relatou-nos um trabalhador, os guardas desceram e se abaixaram em posição de tiro em direção aos funcionários e ouviu-se o destravamento dos gatilhos das armas.

²⁹Tribunal Regional do Trabalho (TRT-15), Processo n.º 1.163/85

³⁰Arquivo Nacional, fundo Serviço Nacionais de Informações (SNI), Cód. Doc. br_dfanbsb_v8_mic_gnc_eee_84016464_d0001de0001.

³¹SINDICALISMO e estatização. *Folha de S. Paulo*, 16 ago.1984, p. 2. Disponível em <https://encr.pw/acervofolhacombrleitor8866>. Acesso em: 17 jan. 2023.

Os trabalhadores temeram o pior porque os recrutas eram jovens inexperientes manuseando armas de forte calibre, que poderiam ter feito um estrago maior.

Em seguida, os trabalhadores foram retirados da fábrica à força pelos militares armados da PA e da PM,³² sem poder pegar seus objetos pessoais nos armários, e obrigados a passar por um “corredor polonês” com armas apontadas em suas direções e “cutucando” as suas costas. Do lado externo, a PM deu sequência na violência com tiros de borracha e batendo com cassetete. Um trabalhador entrevistado explicou que saiu escoltado quando um soldado colocou uma arma na sua nuca e escutou o barulho do gatilho, foi com a arma na sua cabeça até o portão, onde entrou no “corredor polonês” com o guarda armado cutucando ainda as suas costas.

Posteriormente, os trabalhadores foram submetidos a interrogatórios dentro da fábrica. No dia 13 de agosto receberam carta de afastamento e, dez dias depois, carta de demissão por “justa causa tendo em vista sua participação e responsabilidade na greve”. Devido às manifestações, atos públicos e pedidos de políticos, a EMBRAER voltou atrás com a justa causa, mas dificultou os pagamentos a que os trabalhadores tinham direito. Dois meses depois, em outubro, receberam pagamento, alguns trabalhadores que não podiam ser demitidos por serem membros da CIPA assinaram acordo renunciando aos seus direitos porque, depois de longo tempo, precisavam de dinheiro para pagar as contas e abastecer suas casas.

Uma evidência clara da disseminação de informações sobre os demitidos entre as empresas, por meio das “listas sujas”, reside no fato de que, uma vez demitidos por motivos políticos, enfrentaram significativas dificuldades para encontrar emprego em qualquer outra empresa da região, e até mesmo em locais mais distantes.

Todos os trabalhadores entrevistados procuraram oportunidades em outras empresas sediadas na cidade de São José dos Campos, as quais demandavam mão de obra qualificada que os demitidos possuíam. Embora

DANOS

³²EMBRAER está sitiada. *Jornal Valeparaibano*, 12 ago. 1984, pág. 3.

tenham participado de processos seletivos e sido aprovados, ao serem identificadas as datas de demissão relacionadas a movimentos grevistas ou o nome da última empresa em que trabalharam, eram prontamente dispensados. As justificativas para essa recusa variavam desde a alegação de inexistência de vagas até a criação de outras desculpas, frequentemente acompanhadas da explicitação de que estavam sendo excluídos com base em uma lista específica. Desprovidos de emprego por períodos que variavam de meses a anos e impossibilitados de exercerem suas respectivas profissões, esses trabalhadores procuraram alternativas para contornar a repressão. As medidas adotadas incluíram a obtenção de segunda via da Carteira Profissional, a mudança para outras cidades do interior ou para a capital em busca de oportunidades de trabalho, muitas vezes renunciando a aspectos significativos de suas vidas pessoais, como famílias e amigos, entre outros.

Como não conseguiam colocação profissional, muitos diante da necessidade, foram fazer “bicos”, como camelôs, jardineiros, ajudante de pedreiro, funilaria, servente de obra, feirante, descarregar sacas pesadas de caminhões, etc. na tentativa de suprir minimamente suas famílias, que ainda recebiam cestas básicas dos vizinhos, amigos e familiares. Tudo isto agregado a outros prejuízos. Um trabalhador relatou que, quando desempregado, perdeu o financiamento de sua casa, outro vendeu a sua com preço bem abaixo do valor de mercado.

Além dos danos materiais, esses trabalhadores e suas famílias sofreram danos psicológicos irreparáveis. Ao longo das entrevistas foram evidenciados traumas emocionais irreparáveis. Ao compartilharem suas memórias, manifestaram fortes emoções e angústias, originárias de traumas que viveram dentro da EMBRAER, tais como o desemprego, as perseguições e as humilhações a que foram submetidos, além do temor da repressão e da tortura, práticas sistemáticas impostas pela ditadura, bem como o desespero ao testemunharem suas famílias enfrentando dificuldades, incluindo situações de fome. Essas reminiscências tornaram-se material tóxico que os habita na forma de medos e doenças.

REPARAR

De imediato, a justiça e a reparação começam com o reconhecimento oficial dos abusos de legalidade e graves violações cometidos contra os trabalhadores, mediante um pronunciamento público por escrito, com o devido pedido de desculpas por tais atos.

Entendemos também que o direito à justiça abrange outros mecanismos reparatórios, como a preservação da memória coletiva como instrumentos de educação para que tais violências e impunidade não continuem acontecendo. Sugerimos a criação de local de memória público organizado conjuntamente com sindicatos, trabalhadores, associação de moradores, membros da Comissão Municipal da Verdade de São José dos Campos, da Comissão de Declaração Universal de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil e da Assembleia Legislativa. Neste local, seriam alocados acervos documentais que possibilitassem a produção de documentários, materiais didáticos e palestras para que toda a sociedade joseense tenha conhecimento sobre a ditadura empresarial-militar e a história dos trabalhadores na região.

Esta entidade, seguindo os preceitos das convenções internacionais de direitos humanos, às quais o Brasil é signatário, também seria responsável em localizar os trabalhadores e remanescentes familiares atingidos pela repressão com a finalidade de cumprir os preceitos da justiça e reparação; garantir a essas pessoas a assistência necessária para que a reparação seja feita de forma criteriosa e justa; zelar para que o direito à indenização individual não prejudique a ação coletiva que visa à garantia do direito de todos; etc..

Realizamos pesquisas no Arquivo Nacional e no Arquivo Público do Estado de São Paulo, locais onde encontramos documentos expedidos pelos órgãos de repressão. Na hemeroteca da Biblioteca Nacional foram consultados jornais e revistas, tais como Jornal do Brasil, Jornal Valeparaibano e Revista Isto é. Examinamos também o jornal Folha de S. Paulo, cujo acervo está disponível em seu site. No Arquivo Público do Município de São José dos Campos pesquisamos nos jornais Agora e Valeparaibano. No site da EMBRAER analisamos a revista O Bandeirante. Além dos documentos levantados, obtivemos processos trabalhistas guardados no Ministério do Trabalho e no Tribunal Regional do Trabalho de Campinas (TRT-15). O

MÉTODO

Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos nos forneceu documentos, como atas, boletins, jornais e fotografias. Levantamos as atas ordinárias e extraordinárias da estatal no Diário Oficial da União (DOU) e no Diário Oficial do Estado de São Paulo (DOSP).

Realizamos duas entrevistas coletivas com ex-funcionários da EMBRAER e entrevistas individuais com 19 ex-trabalhadores e 2 ex-trabalhadoras.

A base analítica aplicada aos documentos pesquisados e as entrevistas foi pautada pelas categorias de violações estabelecidas a partir da representação ao Ministério Público (MP) e confirmam graves violações dos direitos dos trabalhadores ou abuso de legalidades cometidas pela EMBRAER sistematicamente, com o apoio de agentes públicos e do Estado brasileiro.

- BERNARDES, Roberto. EMBRAER. *Elos entre Estado e mercado*. São Paulo: Hucitec, 2000.
- BORTONE, Elaine de Almeida. *O Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) e a ditadura empresarial-militar: os casos das empresas estatais federais e da indústria farmacêutica (1964-1967)*. Tese (História). Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2018.
- CARDOSO, Artur Monte. *A EMBRAER e a questão nacional*. Tese (Ciências Econômicas). Universidade Estadual de Campinas, 2018.
- COSTA, Maria Izabel Sanches. *Política de saúde mental – política de segurança: manicômio judiciário, entre o hospital psiquiátrico e a prisão*. Dissertação (Ciências Sociais), PUC-SP, 2009.
- DAGNINO, Renato Peixoto. *A indústria de armamento brasileira: uma tentativa de avaliação*. Tese (Economia). Unicamp, 1989.
- DREIFUSS, René. *1964 A conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis (RJ): Vozes, 2006.
- FORJAZ, Maria Cecília Spina. *As origens da EMBRAER*. Tempo Social, Revista de Sociologia USP, v. 17, n.º 1, 2005, pp. 281-289.
- LEMOS, Renato Luís do Couto Neto e. *O complexo industrial-militar e o Estado brasileiro*. In: Mattos, Marcelo Badaró. Estado e formas de dominação no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Consequência, 2017.
- MORAES, Livia de Cássia Godoi. *O capital ganha asas. Reestruturação produtiva no setor aeroespacial brasileiro: o caso da EMBRAER*. Dissertação (Ciências Sociais). Universidade Estadual Paulista – UNESP/Marília, 2007.
- PONCE, André Luiz Godoy. *Da Serra ao Vale: a trajetória da indústria bélica e estratégica no projeto “Brasil Potência” (1964-1993)*. Tese (História). Universidade de São Paulo, 2022.
- SILVA, Ozires. *A decolagem de um sonho*. São Paulo: Lemos Editorial, 1998.

BIBLIO

EQUIPE

Elaine de Almeida Bortone (*Coordenadora*)

Nilo Dias de Oliveira

Antonio Fernandes Neto (*Consultor*)

Homero Paula da Silva (*Consultor*)

Edmir Marcolino da Silva (*Consultor*)

MANNESMANN

Tem alguma legenda???

Foto: Mana Coelho, maio de 1979 / Acervo: MHAB.



O grupo empresarial Mannesmann,¹ de origem alemã, conheceu suas primeiras instalações no Brasil em 1952, na cidade de Belo Horizonte/MG, começando a operar em 1954, quando foi inaugurada sua usina na região do Barreiro, com as presenças do então presidente da República, Getúlio Vargas, e do governador, Juscelino Kubitschek. A empresa chegou ao país a convite do governo brasileiro, para suprir as demandas de tubos de aço da indústria petrolífera, tendo em vista que a Petrobrás havia de ser criada em 1953. Daí em diante, atuou sob as denominações de Companhia Siderúrgica Mannesmann, Mannesmann ou Mannesmann S.A até que, em 1997, as empresas Mannesmann e Vallourec estabeleceram-se como uma joint venture para atuar no mercado de tubos laminados sem costura, a Vallourec & Mannesmann Tubes. Diversas foram as modalidades empresariais estabelecidas pelo grupo a partir de aquisições, fusões, incorporações, ampliações e joint ventures, desde então.²

Da década de 1960 até a de 1980, constatou-se, por meio de pesquisa documental, bibliográfica e testemunhal, uma estreita ligação entre a empresa e o regime militar, instaurado a partir do golpe de 1964, e entre ela e os grupos que articularam a queda de João Goulart.³ Buscaremos elencar os achados da pesquisa sobre as possíveis violações de direitos humanos cometidas pela Mannesmann nesse período, que foram sintetizadas no Relatório Final enviado ao Ministério Público Federal resultante da presente pesquisa.

Embora a história da Mannesmann no Brasil esteja localizada no século XX, a do grupo empresarial é bem mais antiga e começa, efetivamente, na Alemanha do século XIX, com os irmãos Reinhard e Max Mannesmann, os quais projetaram um método para a fabricação de tubos de aço sem costura, entre os anos 1880 e 1890, o processo Mannesmann, além de fundarem a

A Mannesmann na Alemanha e no mundo

¹ Ao longo do texto, utilizou-se o termo Mannesmann em referência à empresa, independentemente do período e da nomenclatura por ela tomada ao longo do tempo, tais como Mannesmann S.A, Mannesmann e Companhia Siderúrgica Mannesmann.

² Disponível em: <https://www.vallourec.com/pt-BR/brazil/all-news/2022-70-anos-da-vallourec-no-brasil>. Acesso em 1 de dez de 2022.

³ Sobre esse assunto, ver: DREIFUSS, René Armand. **1964: a conquista do Estado, ação política, poder e golpe de classe**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1981, p. 395. STARLING, Heloísa Maria Murgel. **Os senhores das Gerais: os novos inconfidentes e o golpe de 1964**. Petrópolis: Vozes, 1986. Petrópolis: Vozes, 1986, p. 72 e 344ss. GUEDES, Carlos Luís. **Tinha que ser Minas**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1979, p. 126.

Mannesmannröhren-Werke, empresa de laminação de tubos.⁴ Os irmãos fundaram a empresa em 1893, mesmo ano em que a sede deixou de ser Berlim e passou a ser em Düsseldorf. Em 1890, as fábricas de tubos já espalhadas por alguns países formaram a organização Deutsch-Österreichische Mannesmannröhren-Werke Aktiengesellschaft.⁵

Ainda no fim do século XIX, a Mannesmann figurava como uma das 10 (dez) maiores corporações do Reich alemão⁶ e, no início do século XX, a expansão da empresa pode ser observada por várias regiões do mundo, como Reino Unido, Itália, América do Norte. Foi depois da primeira Guerra Mundial, no fim da década de 1920, que a empresa conseguiu construir suas usinas e se estabelecer na cadeia de produção com minas de minério e carvão de um lado e, de outro, com as siderúrgicas, tornando-se já uma referência em carvão e aço.

A Segunda Guerra abalou a produção da organização. Entretanto, esse impacto sobre a Mannesmann teria uma peculiaridade: nas décadas de 1930 e 1940, as políticas de armamento e autossuficiência do governo nazista valeram-se da produção da empresa e, para compensar a falta de mão de obra e se manter produzindo durante a guerra, a Mannesmann teria usado de trabalho forçado de prisioneiros de guerra, mulheres e trabalhadores civis estrangeiros.⁷

Wilhelm Zangen, diretor da Mannesmann desde 1934, era membro do partido Nacional-Socialista (também conhecido como partido Nazista)⁸, tendo exercido diversos cargos nas organizações e entidades comandadas pelo partido. Ele se aproximou de Adolf Hitler em 1932 e chegou a ser nomeado para dirigir o “Reichgrupp” da Indústria.

⁴ Disponível em: <https://www.mannesmann-stainless-tubes.com/company/history/>. Acesso em 16 jun. 2023.

⁵ Mannesmann: More than 130 years of tubes history. *In*: Geschichte Des Salzgitter-Konzerns. Disponível em: <https://geschichte.salzgitter-ag.com/en/reinhard-and-max-mannesmann.html>. Acesso em 16 jun. 2023.

⁶ Mannesmann: More than 130 years of tubes history. *Idem*. Acesso em 16 jun. 2023.

⁷ Mannesmann: More than 130 years of tubes history. *Idem*. Acesso em 16 jun. 2023. Também sobre o assunto, vide: Mannesmann AG History. Disponível em: <http://www.fundinguniverse.com/companyhistories/mannesmann-ag-history/> Acesso em 16 jun. 2023.

⁸ James Stewart Martin aponta para um vínculo de Zangen com o Partido Nacional-Socialista desde 1930, não especificando se se tratava de filiação. MARTIN, James Stewart. **All Honorable Men**. Open Road Media, 2016. Já Robert S. Wistrich aponta para sua filiação em 1937. WISTRICH, Robert S. **Who's Who in Nazi Germany**. New York: Routledge, 2002, p. 286

Durante a Segunda Guerra, a Mannesmann teria também sido controlada pelo Partido⁹ e recebido inúmeros benefícios econômicos provenientes das políticas nazistas¹⁰. Zangen, depois de preso pelos aliados em 1945, cumpriu 4 (quatro) meses de sua pena e foi solto no mesmo ano, quando voltou ao conselho e à presidência da empresa, permanecendo até 1966, cinco anos antes de sua morte aos 80 (oitenta) anos.¹¹ No Brasil, a empresa patrocinava um jornal oficial do Partido Nazista no Rio Grande do Sul. “O semanário Für’s Dritte Reich! – Nachrichtenblatt der Nationalsozialistischen Bewegung Deutschlands: für Parteigenossen und Freund in Rio Grande do Sul (Brasilien), que começou a circular em 1932.”¹²

A partir da década de 1950, a organização iniciou uma grande expansão, instalando fábricas e usinas no Brasil, no Canadá e na Turquia. Em Belo Horizonte/MG, a Mannesmann SA consolidou-se como uma das principais fornecedoras do gênero de laminados, trefilados, tubos de aço, sistemas hidráulicos e variações para os mercados sul-americanos. O grupo tinha várias subsidiárias para garantir o fornecimento de minério (Mannesmann Mineração) e plantações de eucalipto (Mannesmann AgroFlorestal) para a produção de carvão vegetal, os quais eram comercializados por uma trading, a Mannesmann Comercial SA, de São Paulo.¹³

No final da década de 1960, a empresa tomou a decisão de se inserir em novos gêneros no mercado, promovendo fusões, incorporações e diversificando os negócios. Desde a década de 1960 até meados da década de 1990, as aquisições e fusões com outras empresas foram inúmeras. Em 1994, ocorreu a fusão entre Mannesmann (alemã), Dalmine (italiana) e Vallourec

⁹ NETTO, Marcelo. **Rastros de um nazista**. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/carta-capital/rastrosde-um-nazista1/> Acesso em 16 jun. 2023. Na matéria disponibilizada, aponta-se que a Mannesmann teria sido presidida e controlada pelo Partido Nazista.

¹⁰ MARTIN, James Stewart. *Idem*.

¹¹ Disponível em: <http://www.kimkimdir.net.tr/kisiler/wilhelm-zangen>. Acesso em 16 jun. 2023. Ver também: https://en.wikipedia.org/wiki/Wilhelm_Zangen. Acesso em 16 jun. 2023. Ver ainda: https://pt.wikipedia.org/wiki/Mannesmann#cite_ref-11. Acesso em 16 jun. 2023.

¹² “Pelo Terceiro Reich! – Boletim do Movimento Nacional- Socialista Alemão: para Partidários e Amigos no Rio Grande do Sul, Brasil”. In: LUCAS, Taís Campelo. **Nazismo d’além mar: conflitos e esquecimento**. Rio Grande do Sul, Brasil. Tese de Doutorado em História. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2011, p. 126-127. Segundo a autora, “Entre os anunciantes, encontramos os laboratórios Bayer, o Banco Alemão Transatlântico, a companhia de eletricidade Siemens-Schuckert, **Tubos Mannesmann**, a empresa de navegação Progresso, a fabricante de tintas Renner, Koepke & Cia, a indústria de fumos Souza Cruz, cerveja Antarctica, transporte aéreo Viação Aérea Rio-Grandense (Varig), além de profissionais liberais e pequenos negócios estabelecidos tanto na capital quanto no interior do estado.”

¹³ Mannesmann AG History. *Idem*. Acesso em 16 jun. 2023.

(francesa) em um formato empresarial de holding, dando origem à DMV Stainless BV, o que, em 1997 evoluiu para uma fusão entre Mannesmann e Vallourec. Foi criada uma joint venture, denominada Vallourec & Mannesmann Tubes voltada para a produção de tubos de aço sem costura.

Os empreendimentos continuaram agregando capital e empresas, expandindo o ramo de tubos. Em 2005, a Mannesmann vendeu sua participação na V&M Tubes; em 2006, vendeu a participação na Vallourec e, em 2007, a Vallourec Précision Etirage foi adquirida, dando continuidade à parceria entre Vallourec e Mannesmann na cadeia de valor.

As primeiras incursões da Mannesmann no Brasil deram-se em 1907, com a abertura de um escritório comercial, passando por sucessivas mudanças contratuais e se consolidando em 1949, a partir da assembleia de fundação da Comércio e Indústria Mannex do Brasil LTDA, em São Paulo.¹⁴ Mas foi em 1952 que a usina do Barreiro, em Belo Horizonte/MG, seu grande investimento, começou a ser construída.

A Mannesmann no
Brasil e em Belo
Horizonte

A implantação dessa usina da Mannesmann confunde-se com a história do processo de industrialização do país, particularmente do estado de Minas Gerais e, ainda, com a consolidação da Cidade Industrial na região entre os municípios de Contagem e Belo Horizonte. Juscelino Kubitschek, durante o tempo em que governou o Estado mineiro (1951-1955), estabeleceu como uma de suas prioridades o desenvolvimento econômico-industrial, criando condições de infraestrutura para tanto.¹⁵ Criado pelos Decretos-lei 770 e 778/194116, o Parque Industrial Juventino Dias, como foi oficialmente denominado, apenas iniciou sua ocupação em 1946 e foi efetivamente propulsionado na década de 1950, especialmente com a implantação da Mannesmann, e, na década 1960, contava com 105 indústrias instaladas.

A região transformou-se em um grande canteiro de obras, com um planejamento que incluía apenas as indústrias, deixando os trabalhadores à

¹⁴ BITTENCOURT NETO, Epaminondas. **Sistemas de influência e poder:** um estudo de caso da Mannesmann. Dissertação de Mestrado em Administração. Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Minas Gerais, 2005, p. 72.

¹⁵ NEVES, Magda de Almeida. **Trabalho e Cidadania:** as trabalhadoras de Contagem. Petrópolis: Vozes, 1994/1995, p. 32

¹⁶ Decreto-Lei 770, de 20 de março de 1941 e Decreto-Lei 778, de 19 de junho de 1941.

margem do processo. Se, por um lado, a ideia de progresso e de vagas de trabalho atraía uma infinidade de pessoas das regiões mais variadas do estado e do país, por outro, esses operários chegavam sem ter estrutura e moradia para viverem com dignidade. Segundo Magda Neves, “os trabalhadores procuravam localizar-se nas proximidades das indústrias, formando favelas ao lado da Mannesmann e da Magnesita, atrás da SBE, GE e Itaú. Essas aglomerações não apresentavam as mínimas condições de habitação.”¹⁷

Como já apontado, com a previsão da criação da Petrobrás, o que foi feito em 1953 pela Lei 2.004/53, o governo brasileiro demandou a instalação da Companhia Siderúrgica Mannesmann, conhecida por fabricar tubos de aço sem costura, para atender às novas exigências da indústria petrolífera. A empresa começou a ser construída e instalada em 1952, na região do Barreiro, em uma área ladeada por fazendas.¹⁸

Em agosto de 1954, Juscelino Kubitschek e Getúlio Vargas presenciaram a fabricação do primeiro tubo de aço sem costura fabricado no Brasil, no evento de inauguração da usina. Sobre a ocasião, aquela teria sido a última solenidade pública que Vargas participara antes de sua morte, 12 (doze) dias depois. A instalação foi recebida com euforia pelos meios de comunicação, pelos empresários do Estado, pelo governador, pelo presidente e, também, pela população, que via no grande empreendimento a possibilidade de algum progresso, com garantia de melhores empregos e melhores salários. Consagrando-se naquele momento como a maior fábrica de tubos e laminados da América do Sul, a empresa foi inaugurada com um discurso do governador, que evidenciava a grandiloquência que cercava o acontecimento.¹⁹

A paisagem da região do Barreiro se converteu rapidamente e os problemas para a população referentes a saneamento básico, poluição, fornecimento de água e energia elétrica, saúde e alimentação perpetuaram-se ainda por algumas décadas, como atestam jornais que circulavam na cidade e na região. No contexto dos ideais de industrialização e desenvolvimentismo a Mannesmann não apenas marcou rapidamente a modificação do meio

¹⁷ NEVES, Magda de Almeida. **Trabalho e Cidadania**. *Op. Cit.* p. 113.

¹⁸ DRUMOND, Ari Ferreira. **A informação como instrumento de promoção da segurança no trabalho em uma empresa siderúrgica**. Dissertação de Mestrado em Ciência da Informação. Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2000, p. 35.

¹⁹ NEVES, Magda de Almeida. **Trabalho e Cidadania**. *Op. Cit.* p. 35.

ambiente, como também ditou o estilo de vida, as relações comerciais e interpessoais dos habitantes da Cidade Industrial.

Na década de 1980 (entre 1983 e 1987), sob a presidência de Peter Ulrich Scmitthals e, depois, Axel Wippermann, no Brasil, a empresa já contava com ao menos 5 (cinco) empresas controladas: além da Mannesmann Comercial, da Mannesmann Mineração, da Mannesmann AgroFlorestal, também detinha a Mannesmann Demag e a Mannesmann Demag Movicarga.²⁰

Como explicado, em 2000, a Mannesmann SA veio a integrar a joint venture e a nova denominação do grupo passou a ser V&M do Brasil. Em 2005, a participação acionária da empresa foi 100% incorporada pelo grupo Vallourec. Em 2013, a V&M do Brasil passou a se chamar Vallourec. Em 2024, a Vallourec conta com 17 (dezesete) mil funcionários e usinas integradas em mais de 20 (vinte) países, sendo que, no Brasil, possui 8 (oito) unidades.²¹ Além de Minas Gerais, a Vallourec possui unidades nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Espírito Santo.²²

Na década de 1960, participando substancialmente da economia de Minas Gerais e da produção industrial do Brasil, a Mannesmann revelou-se fortemente consolidada, envolvendo-se de forma significativa com as articulações políticas das quais já faziam parte outros setores do empresariado, como banqueiros, construtores etc.

Parte de sua diretoria mantinha relação com o IPES-MG (Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais), especialmente com o destacamento IPES Novos Inconfidentes.²³ Por todo o Brasil, o IPES, ao lado do IBAD (Instituto Brasileiro de Ação Democrática)²⁴, dois Institutos não governamentais, participaram de forma ativa para a consecução do golpe que destituiu o então

POSSÍVEIS VIOLAÇÕES

Conspiração e engajamento - o Golpe de 1964

²⁰ br_rjanrio_t2_0_ifp_pr1_0725_d0001de0005. Fundo SNI. Arquivo Nacional (SIAN).

²¹ Disponível em: <https://www.vallourec.com/pt-BR/br>. Acesso em: 19 jun. 2023.

²² *Idem*.

²³ Detalhes sobre essa facção do IPES são investigados na obra de Heloísa STARLING. *Op. Cit*, p.77ss.

²⁴ O IBAD foi fechado em dezembro de 1963 e respondeu a uma Comissão Parlamentar de Inquérito por atividades ilícitas, negociação e influência sobre parlamentares em troca de pagamentos. Sobre essa CPI, ver: <https://www.camara.leg.br/radio/programas/270928-1963-e-constituída-cpi-para-apurar-candidatos-que-teriam-recebido-financiamento-do-ibad-e-ip-es-07-00/>. Acesso em 10 jan 2024. Também há toda a documentação da CPI no relatório da Comissão da Verdade de Pernambuco: <https://www.comissaodaverdade.pe.gov.br/index.php/comissao-parlamentar-de-inquerito-cpi-ibad-e-ip-es>. Acesso em 10 jan. 2024.

presidente João Goulart e permitiu a implantação do regime militar no Brasil. O IPES conspirou contra Jango e, a partir do golpe, ofereceu quadros para postos importantes no alto escalão do governo federal, facilitando as políticas financeiras e econômicas para os empresários e atendendo demandas de outras ordens.

A aliança de empresas e empresários com a ditadura de 1964 tem a ver com a obtenção de benefícios econômicos, fiscais, possibilidade de participação em deliberações políticas, e também com a história do sindicalismo e da luta da classe trabalhadora, sobretudo da sua fração operária. No caso de Belo Horizonte e Contagem, tem relação com o combativo sindicalismo metalúrgico que havia na Cidade Industrial. O movimento amedrontava as elites econômicas da região, já que, desde o fim dos anos 50 e início dos 60, vinha pautando, por meio de greves, melhores condições de vida e de trabalho, além das reformas de base propostas por Jango.²⁵

Diante das pressões para acalmar os ânimos dos trabalhadores, a Mannesmann manifestou-se em relação ao que considerou, em abril de 1964, o início de “uma nova fase em sua vida administrativa”, esclarecendo, em boletim interno, que os governantes estavam dispostos a resguardar os princípios democráticos e seguir no desenvolvimento do país, anunciando que o Brasil encontrara solução para seus problemas políticos e sociais.²⁶

Isso seria apenas a ponta do iceberg do que estaria por vir e já apontava para a atuação da empresa no regime militar, “assegurada pela utilização de diretores e profissionais brasileiros que acumulavam funções estatais influentes e proporcionavam apoio político através dessas posições.” Esses profissionais e empresários atuavam no sentido de garantir “condições políticas favoráveis para a produção”, ao mesmo tempo em que se guiavam “pelas diretrizes econômico-políticas de alcance nacional das companhias multinacionais.” Muitos deles também exerciam simultaneamente “cargos de diretoria em diferentes companhias multinacionais e associadas.”²⁷

²⁵ DELLAMORE Batista Scarpelli, Carolina. **Forjando lideranças:** comportamentos políticos e atuação no sindicato dos metalúrgicos de Belo Horizonte e Contagem durante a ditadura militar (1964-1985). Belo Horizonte: Tese de doutorado. Universidade Federal de Minas Gerais, FAFICH, 2019, p. 90-92.

²⁶ Pasta 0123. Fundo DOPS/MG. Arquivo Público Mineiro, p. 23.

²⁷ DREIFUSS, René. *Op. Cit.* p. 72 e p. 110. Esse era o caso de Manoel Ferreira Guimarães, que pertencia à diretoria da Mannesmann e de ao menos mais oito empresas, bancos, seguradoras.

Além desse trânsito por meio do qual as influências recíprocas entre os órgãos governamentais e a empresa eram facilitadas, os empresários da Mannesmann ainda garantiam sua ativa participação no IPES,²⁸ bem como o seu financiamento. Segundo Moniz Bandeira, ao especificar as vultuosas quantias utilizadas por multinacionais para custear o instituto, “a Konrad Adenauer Stiftung, órgão do Partido Democrata-Cristão da República Federal da Alemanha, também colaborou com o IPES (e com o governador de São Paulo, Ademar de Barros), através da Mannesmann e da Mercedes Benz.”²⁹

Em Minas Gerais, o IPES mantinha profunda relação com os militares, em especial com o General Carlos Luís Guedes, com quem trocava apoio político desde o início dos anos 1960, de forma sigilosa, mas que foi formalizado em 1964, quando o Instituto entregou a Guedes a coordenação da sua parte militar, incluindo a função de articulação dos atos para o golpe.³⁰ Aqueles que compunham o IPES teriam uma “participação estratégica na preparação do golpe de 1964 e, ao lado dos militares, protagoniza[riam] a ocupação do Estado entre março de 1964 e março de 1972, quando a entidade seria dissolvida.”³¹

Nesse contexto é que foi realizada a Reunião no Edifício Acaiaca³², construção ainda existente, situada em uma das principais avenidas de Belo Horizonte, a Avenida Afonso Pena. Os relatos dessa reunião, feitos pelo próprio General Guedes em seu livro de memórias,³³ evidenciam a imensa participação do empresariado mineiro para a configuração do golpe e, dentre representantes de várias empresas, estavam Edwin May e Waldir Soeiro Emrich, diretores e membros do conselho da Mannesmann.³⁴

²⁸ Sobre a história do IPES-MG, do seu destacamento mais radical IPES-Novos Inconfidentes, ver STARLING, Heloísa Maria Murgel. **Os senhores das Gerais**. *Op. Cit.*

²⁹ BANDEIRA, Moniz. **O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil 1961-1964**. 4.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978, p. 67. Sobre o volumoso investimento em marcos alemães destinado ao IPES, ver também p. 75. Sobre o mesmo assunto, ver DREIFUSS, René. *Op. Cit.* p. 206.

³⁰ STARLING, Heloísa Maria Murgel. **Os senhores das Gerais**. Petrópolis: Vozes, p. 72. Essa informação também se encontra em DREIFUSS, René. *Op. Cit.* p. 394.

³¹ Disponível em: <http://memorialdademocracia.com.br/card/ipes-conspira-com-multinacionais-e-militares>. Acesso em 1 de dez. de 2022.

³² Sobre os detalhes da reunião conspiratória dos empresários mineiros para o golpe, ocorrida no edifício Acaiaca, bem como lista de participantes (lista de colaboradores), ver: STARLING, Heloísa Maria Murgel. *Op. Cit.* p. 343, 353.

³³ GUEDES, Carlos Luís. *Op. Cit.*, p. 126.

³⁴ STARLING, Heloísa Maria Murgel. *Op. Cit.*, p. 344ss; DREIFUSS, René 1981. *Op. Cit.*, p. 395.

Guedes conta que, em janeiro de 1964, foi chamado para atender a uma comissão, que representava as classes conservadoras e que exporia assuntos de grande interesse para a ordem pública.³⁵ O encontro no Acaiaca é relatado com ufania pelo General, que elenca a relação dos presentes “cujos nomes, pela qualidade e situação pessoal, deixavam bem nítida a importância que atribuíam aos assuntos que iriam ser tratados”.³⁶ Entre os nomes elencados, estavam dois diretores da Mannesmann, Edwin May e Waldir Soeiro Emrich.³⁷ Ali, foram discutidas ações de repressão e tentativas de resistência, articulações político-ideológicas, meios de viabilizar financiamento, estrutura operacional de ação política para a disseminação de seus valores, táticas para responder a ataques. A elite empresarial consagrava não apenas seu apoio à ditadura empresarial-militar, como também sua participação ativa. Guedes conta que incitou os presentes para que financiassem as ações contra João Goulart, conclamando aos empresários que doassem, se preciso fosse, até mesmo do próprio dinheiro. Explica que essa cooperação era fundamental, além de revelar que o golpe já estava articulado e que, para se manter, necessitaria da ajuda daquelas pessoas, inclusive armada e financeira e mais o que fosse necessário para tomarem as ruas de Jango.³⁸

A partir do golpe de 1964, o “Comando Revolucionário”, representado nesses atos pelo General Carlos Luís Guedes, ordenou a paralisação das atividades de diversos Sindicatos, incluindo o dos metalúrgicos, dada sua íntima relação com os diretores das Siderúrgicas. Isso fica claro pelas comunicações do Delegado da DRT, Onésimo Viana de Souza, provável colaborador do regime militar e responsável pelas intervenções.³⁹

Daí por diante, a comunicação com os órgãos da repressão encontrada nos documentos passa a ser corriqueira, demonstrando que a colaboração entre a Mannesmann e aqueles era recíproca. É o que se percebe de correspondências entre um dos diretores da siderúrgica e os dirigentes do

Colaboração com
a repressão

³⁵ GUEDES, Carlos Luís. *Op. Cit.*, p. 126.

³⁶ GUEDES, Carlos Luís. *Op. Cit.*, p. 126.

³⁷ GUEDES, Carlos Luís. *Op. Cit.*, p. 126. STARLING, Heloísa Maria Murgel. *Op. Cit.*, p. 344ss. DREIFUSS, 1981. *Op. Cit.*, p. 395.

³⁸ GUEDES, Carlos Luís. *Op. Cit.*, p. 131.

³⁹ Pasta 0313. Fundo DOPS/MG Arquivo Público Mineiro, p. 12.

aparato repressor, revelando a facilitação de uma prisão e a intimidade entre a empresa e os órgãos do governo, o que foi confirmado por jornais do período.⁴⁰ O Ofício, datado de 26 de julho de 1968, foi enviado ao Secretário de Segurança Pública, Joaquim Ferreira Gonçalves, relatando uma apreensão feita dentro da Mannesmann, por funcionários do serviço de vigilância da empresa. A razão alegada é que o apreendido, Braz Teixeira da Cruz, estava panfletando boletins grevistas nos arredores da empresa.⁴¹ Na ocasião da troca de correspondência, um diretor da siderúrgica solicitou que a Secretaria de Segurança redobrasse a segurança na Cidade Industrial. O secretário prontamente atendeu o pedido, conferindo ao Departamento de Vigilância Social/DOPS a tarefa, configurando o livre trânsito com o aparato repressor que o diretor possuía.

Outros pedidos de policiamento em anos diversos foram encontrados nos documentos consultados, especialmente em períodos de greves, endereçados ao DOPS, aos ministros da República, e ao SNI.⁴² Contando com a colaboração da Delegacia Regional do Trabalho, as greves eram consideradas ilegais tão logo eram deflagradas independentemente se se davam de acordo com a lei ou não, o que dava a aparência de legalidade à atuação da empresa e do aparato repressor.

É o que ocorre, por exemplo com a correspondência iniciada em 25 de maio de 1979.⁴³ O próprio Ministro do Trabalho, Murillo Macedo, endereçou telegrama ao Governador do Estado, Francelino Pereira, e ao Coronel Amando Amaral, Secretário de Segurança, solicitando que o Estado de Minas Gerais tomasse as providências solicitadas pela Mannesmann, com especial cuidado em relação aos nomes de dois de seus diretores. Segue ainda uma lista dos nomes das lideranças da greve, demonstrando a cumplicidade do aparato estatal, na esfera federal e estadual, com a empresa, empenhados em reprimir trabalhadores.

⁴⁰ Pasta 4038. Fundo DOPS/MG. Arquivo Público Mineiro, p. 284-293

⁴¹ Jornais do período confirmam o ocorrido e completam as informações com os nomes dos funcionários da segurança da empresa que acionaram o DOPS: Estado de Minas, 26 jul. 1968, em matéria intitulada “Comunista agita e termina na cadeia”. Pasta 4038. Fundo DOPS. Arquivo Público Mineiro, p. 292. O caso é confirmado pelo Jornal Última Hora de 26 jul. 1968, com matéria intitulada Lei de Segurança para operário que foi preso. Pasta 0346. Fundo DOPS/MG. Arquivo Público Mineiro. p. 23.

⁴² br_dfanbsb_v8_mic_gnc_aaa_89069939_d0001de0001.pdf Fundo: SNI. Arquivo Nacional.

⁴³ Pasta BB.01.15. rolo 1 – Entidades Particulares. imagem 1009 e seguintes. Fundo COSEG. Arquivo Público Mineiro.

A troca de correspondência, a fim de solicitar informações de recém contratados ao DOPS, era comum. Por vezes, a empresa enviava juntamente com o pedido uma ficha do funcionário com a inscrição “DRI – Serviço de Segurança – DIV. de Vigilância”, o que revela haver uma Divisão de Vigilância e Informação na Mannesmann. Listas eram enviadas por dirigentes da Companhia ao delegado, o qual respondia com as anotações sobre os nomes daqueles que possuíam antecedentes. Essas informações prestavam-se ao monitoramento, à dispensa e à composição de “listas sujas”. Ex-trabalhadores entrevistados apontam para o fato de que essas listas existiam, uma vez que, quando dispensados por razões políticas, jamais conseguiam novo emprego no meio metalúrgico.

Na revista Vida Industrial de 1976⁴⁴, produzida pela FIEMG, há uma matéria chamada “Recursos Humanos: homogeneidade no recrutamento”. A reportagem noticia a realização da primeira mesa-redonda, de uma série que estaria por vir, que tratou sobre os problemas identificados no recrutamento e seleção de pessoal.

Discriminação no recrutamento

Estariam envolvidas nesses encontros 30 (trinta) empresas – entre elas, a Mannesmann – e órgãos governamentais vinculados aos programas de fomento ao desenvolvimento, com o objetivo de padronizar a formação, a contratação e o recrutamento, a partir de uma mentalidade “associativa”, ou ainda pela “troca de informações sobre funcionários”, o que o projeto chamou de intercâmbio entre as companhias, mas que os entrevistados por esta pesquisa, em sua maior parte, consideraram tratar-se de “listas sujas”. O compartilhamento de dados sensíveis era, para além de invasão à privacidade, dano à liberdade de pensamento, expressão, opinião e política.

Relativamente a uma espécie de parceria entre a polícia (militar e civil, valendo-se do aparato repressor) e a empresa, diversas testemunhas afirmam que o sistema de segurança da Mannesmann era formado, em sua maioria, por militares da reserva, policiais aposentados e que eles sempre se faziam

Presença da polícia e/ou do exército

⁴⁴ Revista Vida Industrial. FIEMG, 1976. Centro de Memória da FIEMG.

presentes nas manifestações, nas greves, nos atos e nas reivindicações realizadas pelos trabalhadores, dentro ou fora da empresa, em seus portões. Essa prática era voltada a reprimir e intimidar.

Por outro lado, em mobilização para campanhas salariais, atos ou greves que eram feitos na fábrica, o monitoramento policial era uma regra, fosse nas portarias ou no interior da empresa. No dia 25 de abril de 1968, por exemplo, após a greve, cuja mobilização havia levado Jarbas Passarinho, então Ministro do Trabalho, a Belo Horizonte, os trabalhadores da Mannesmann já tinham voltado a trabalhar, mas o policiamento continuava ostensivo, como noticiam os jornais *Diário da Tarde*, *O Sol* e *O Metalúrgico*.⁴⁵

No *Diário da Tarde*, consta que “as portas das principais empresas e dentro delas, os soldados da PM continuaram firmes durante o dia inteiro enquanto que, por volta das 14:40 horas, duas viaturas lotadas de policiais estiveram paradas durante 15 minutos à entrada principal da Mannesmann sem que qualquer anormalidade tenha ocorrido.” A notícia ainda informa que “Nas proximidades da RCA, dentro da Belgo Mineira e na SBE bem como na própria Mannesmann, o policiamento foi forte (...).” O periódico *O Sol* relata o que aconteceu na CPI que foi instaurada a partir dessa greve e destaca uma fala de Antônio Santana, funcionário da Mannesmann e presidente do sindicato sob intervenção militar: declarou que tomou conhecimento de espancamento de três operários e que a greve, apesar de declarada ilegal, foi pacífica e visava apenas a obtenção de salários mais justos.⁴⁶

Imagens da polícia dentro ou nos arredores da empresa são encontradas em fotos de jornais de todo o período investigado e, ainda, no acervo da fotógrafa Mana Coelho, custodiado pelo Museu Histórico Abílio Barreto.⁴⁷

Na greve deflagrada em outubro de 1968, o jornal clandestino dos trabalhadores da empresa, *Bodoque*, denuncia que “a polícia da ditadura [estava] dentro da usina para reprimir qualquer movimento dos operários”.⁴⁸ A própria manchete do jornal aponta para a relação entre a ditadura e a

⁴⁵ Pasta 0250. Fundo DOPS. Arquivo Público Mineiro, p.67 e p. 69. *O Metalúrgico*, abr. 1968, Centro de Memória do Sindicato dos Metalúrgicos de Belo Horizonte e Contagem.

⁴⁶Pasta 0250, Fundo DOPS. Arquivo Público Mineiro, p. 67. Recorte da matéria intitulada “Tudo normal na Cidade Industrial”, do jornal *Diário da Tarde* de 26/04/1968.

⁴⁷ COELHO, Mana. Museu Histórico Abílio Barreto. Belo Horizonte, 1979.

⁴⁸ Pasta 0905. Fundo DOPS. Arquivo Público Mineiro. p.1-5

empresa: “Patrões e sua ditadura tentam acabar com a nossa luta”. Na greve de abril desse ano, o ministro do trabalho Jarbas Passarinho chegou a ir para Belo Horizonte na tentativa de convencer os trabalhadores a interromper a greve, sem sucesso. Desta vez, a ditadura e a empresa prometiam não admitir que abril se repetisse. O jornal ainda conta que, na madrugada do dia 1º de outubro de 1968, houve tiros, emboscadas e bombas dentro da Mannesmann e, depois, os trabalhadores continuaram trabalhando com fuzis nas costas. Completa afirmando que mais de 50 (cinquenta) companheiros estiveram presos durante a greve, que houve repressão e muitos foram presos enquanto estavam reunidos em uma igreja.⁴⁹

Outros trabalhadores alegam em entrevistas que percebiam atiradores de elite no telhado na empresa em períodos de campanha salarial e ainda do Batalhão de Choque em suas imediações, o qual era convocado por ela, assim que iniciavam assembleia nas portarias ou atos grevistas. Além disso, é ainda registrada a visita à empresa do SNI após greves para averiguar os impactos causados pelo movimento.⁵⁰

Em 1965, chega a público que a Mannesmann havia se envolvido em um criminoso esquema de emissão de notas promissórias no mercado paralelo, desde o fim da década de 1950, com o conhecimento e a aprovação das diretorias brasileira e alemã.⁵¹ O valor percebido por meio dessas operações teria sido utilizado especialmente para a ampliação da empresa. Na tentativa de solucionar a situação a partir de quando a ela se deu publicidade, uma série de entes estatais se envolveram na investigação, como a Comissão Federal de Investigações, e nas negociações com a empresa, como o Banco

Benefícios
econômicos

⁴⁹ Sobre a polícia no interior da fábrica, outro documento que demonstra o fato é o contido na Pasta 0016. Fundo DOPS/MG. Arquivo Público Mineiro, p. 94. Dentre os presos na reunião realizada na Igreja, encontrava-se Ênio Seabra. O caso da prisão na igreja é relatado em diversos documentos, tais como Pasta 5303. Fundo DOPS. Arquivo Público Mineiro, p. 12-29; ou ainda no br_dfanbsb_v8_mic_gnc_aaa_70037236_an_01_d0001de0001. Fundo: SNI- BR DFANBSB V8; e também no br_dfanbsb_v8_mic_gnc_aaa_69004450_d0002de0002. Fundo: SNI- BR DFANBSB V8.

⁵⁰ Pasta br_dfanbsb_v8_mic_gnc_ooo_89015017_d0001de0001.pdf. Fundo SNI BR DFANBSB V8./Arquivo Nacional (SIAN).

⁵¹ BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_CCC_83009349_d0001de0004, Fundo SNI BR DFANBSB V8./Arquivo Nacional (SIAN); BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_CCC_83009349_d0002de0004, Fundo SNI BR DFANBSB V8./Arquivo Nacional (SIAN); BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_CCC_83009349_d0003de0004, Fundo SNI BR DFANBSB V8./Arquivo Nacional (SIAN), BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_73056744_d0001de0003. Fundo SNI BR DFANBSB V8./Arquivo Nacional (SIAN),

Central, Ministérios, o governador do Estado e o presidente da República. No caso, que se arrastou por mais de dez anos, constatou-se que “o Governo resolveu conceder ao Grupo Mannesmann facilidades e meios especiais para uma composição com os credores e com o fisco, mediante isenções de natureza criminal e fiscal, estabelecidas por Lei e por decisões administrativas”.⁵²

Outro provável beneficiamento econômico obtido pela empresa foi observado em um caso iniciado em 1976, por meio de uma licitação lançada pelo Conselho de Não Ferrosos da Siderurgia (CONSIDER). A licitação foi vencida pela Companhia, mas, a partir de 1979, ela começou a “esquivar-se dos compromissos assumidos com o governo brasileiro”.⁵³ A implementação do compromisso assumido foi adiada por mais de dez anos, tendo sido utilizados vários estratagemas para o atraso, totalmente tolerado pelo governo, o qual concedeu “uma série de benefícios fiscais e tributários, que [totalizaram ao menos] US\$ 250 bilhões”.⁵⁴

A pesquisa apurou ao menos 5 (cinco) prisões por distribuição ou porte de panfletos, 17 (dezesete) prisões em contextos de greve, reuniões ou campanhas salariais, 1(um) funcionário dado como desaparecido⁵⁵, 1(um) morto⁵⁶ a tiros pela polícia em uma greve da construção civil e mais de 20 (vinte) detenções para averiguações. Entretanto, testemunhas alegam nas entrevistas que assistiram a muito mais prisões facilitadas ou promovidas pela Mannesmann, no seu interior ou em suas imediações, ora de seus próprios funcionários, ora de empregados de outras empresas da Cidade Industrial, sindicalistas ou militantes que se uniam às greves dos trabalhadores.

Prisões e Torturas

Em quase todas as situações havia um delator, igualmente funcionário da Siderúrgica, ou infiltrado no movimento. Assim que a prisão era efetuada,

⁵² BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_CCC_83009349_d0001de0004, Fundo SNI BR DFANBSB V8./Arquivo Nacional (SIAN).

⁵³ BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_81019900_D0001DE0001, Fundo SNI BR DFANBSB V8./Arquivo Nacional (SIAN), p. 4.

⁵⁴ BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_81019900_D0001DE0001, Fundo SNI BR DFANBSB V8./Arquivo Nacional (SIAN), 24

⁵⁵ COVEMG. **Relatório da Comissão da Verdade em Minas Gerais**. Belo Horizonte: Governo do Estado de Minas Gerais. 2017. Disponível em: <http://www.comissaodaverdade.mg.gov.br/handle/123456789/420>. Acesso em 6 de dez. de 2022, p. 251.

⁵⁶ COVEMG. **Relatório da Comissão da Verdade em Minas Gerais**. *Op Cit.* p. 125.

a pessoa presa era quase sempre levada para o DOPS e depois era decidido o seu destino. Muitas delas foram torturadas e a maior parte era inserida em inquéritos policiais militares ou passava a responder processos penais por crimes ligados à Lei de Segurança Nacional.

Esse foi o caso do político Nilmário Miranda, preso ao portar panfleto nas imediações da Mannesmann.⁵⁷ Ele e dois colegas, militantes de esquerda à época, na madrugada de 29 de abril de 1968, em razão do Dia do Trabalhador, 1º de maio, que se aproximava, buscavam mobilização junto à classe operária. Os três passaram pela portaria da empresa, foram avistados por um funcionário, que acionou o DOPS. Por sua vez, os agentes forjaram o porte de panfletos, os quais já não estavam mais com os militantes.⁵⁸ Dessa vez, Nilmário, que foi detido outras vezes, ficou 32 (trinta e dois) dias encarcerado, torturado, tendo perdido a audição de um dos ouvidos em razão da tortura. Posto em liberdade e condenado em 25 de junho de 1969 a 1 (um) ano e 6 (seis) meses de prisão⁵⁹, foi obrigado a entrar na clandestinidade e permaneceu foragido por um longo tempo, quando foi novamente preso.

Ênio Seabra, ex-funcionário da Mannesmann e uma das mais importantes lideranças sindicais do período investigado, desde o início da década de 1960, foi preso por pelo menos 7 (sete) vezes nos contextos de greves ou campanhas salariais. Suas prisões e o intenso monitoramento a ele dirigido são encontradas em jornais, documentos do DOPS, do SNI e entrevistas dadas por ele mesmo ou outras pessoas.⁶⁰

Em 1964, nos dias subsequentes ao golpe, o Sindicato dos Metalúrgicos de Belo Horizonte e Contagem foi submetido a uma intervenção. Na Cidade Industrial, havia a figura de Ênio Seabra que ameaçava todos os empresários, em virtude de sua liderança sindical, mas especialmente os da empresa onde trabalhava, a Mannesmann. Gozando de seu poder econômico e político que, como explicado era extremamente afinado com os ideais da ditadura, a

Intervenções no
Sindicato e
Suspensão de
direitos

⁵⁷ DELLAMORE Batista Scarpelli, Carolina. **Forjando lideranças**. *Op. Cit.*, p. 189ss.

⁵⁸ Pasta 4214. Fundo DOPS. Arquivo Público Mineiro, p. 206.

⁵⁹ IPM. Ação Penal 30/68. Apelação STM 40.229. p. 3. Acervo Brasil Nunca Mais.

⁶⁰ br_dfanbsb_n8_0_pro_css_0523_d0001de0001. FUNDO: Conselho de Segurança Nacional - BR DFANBSB N8, p. 6-20.

empresa exerceu a sua influência para tentar obstruir a atividade sindical dentro e fora dela.

Nesse período, Ênio era o presidente em exercício, uma vez que, como vice, assumiu o cargo enquanto Onofre Martins Barbosa, o então presidente, encontrava-se afastado. O Sindicato foi inicialmente ocupado por uma junta militar e, depois de alguns dias, a Delegacia Regional do Trabalho (em nome do Ministério do Trabalho), nomeou para a direção uma junta governativa de nomes civis, submetidos aos ideais da ditadura.⁶¹

Um ano depois, a intervenção no sindicato foi prorrogada por mais 90 (noventa) dias, e depois por igual período.⁶² Em agosto de 1965, seriam realizadas as eleições para uma nova diretoria no Sindicato, quando a chapa de Ênio Seabra foi embargada e proibida de concorrer.⁶³ A partir disso, a perseguição ao Sindicato e ao sindicalista se intensificou. Ele foi proibido de concorrer e seus direitos políticos foram suspensos por 10 (dez) anos como consequência de um processo que tramitou no Conselho de Segurança Nacional (CSN).⁶⁴

Já em 1968, no dia 22 de novembro, quando Antônio Santana, funcionário da Mannesmann, era o presidente da entidade, foi-lhe dirigido um Ofício pelo Chefe da Seção de Administração do DNT, informando o conteúdo do despacho dado pelo Ministro do Trabalho e Previdência Social, Jarbas Passarinho. Tratava-se de uma homologação de intervenção sindical e nomeação dos respectivos interventores, destituindo Santana da presidência.⁶⁵

O monitoramento de funcionários da Mannesmann e a repressão às organizações coletivas de trabalhadores sempre foram muito comuns na empresa, tendo se intensificado durante a ditadura e nos anos que lhe são mais próximos, como 1963 e 1989.

Monitoramento e
Repressão

⁶¹ Pasta 1128. Delegacia Regional do Trabalho. Belo Horizonte/MG, p. 1 e Pasta 0313. Fundo: Dops/MG Arquivo Público Mineiro, p. 11-16.

⁶² Pasta 1128. Delegacia regional do Trabalho. Belo Horizonte/MG, p. 3 e 11.

⁶³ Pasta 1128. Delegacia regional do Trabalho. Belo Horizonte/MG, p. 21.

⁶⁴ br_dfanbsb_n8_0_pro_css_0523_d0001de0001. FUNDO: Conselho de Segurança Nacional - BR DFANBSB N8, p. 6-20. Entrevista de Ênio Seabra pode ser encontrada no Jornal dos Bairros, n. 64. 24 mar. a 6 abr. 1979.

⁶⁵ Pasta 1128. Delegacia regional do Trabalho. Belo Horizonte/MG, p. 2.

O Jornal Diário da Tarde, de 26 de abril de 1968, noticiou que após a greve de abril daquele ano, quando os operários da Mannesmann já tinham voltado a trabalhar, o policiamento continuava ostensivo, com viaturas na porta da empresa e em toda a Cidade Industrial, coagindo os trabalhadores.⁶⁶ A dura repressão às greves de outubro de 1968 e de setembro de 1979 revelam também o impedimento do exercício do direito de greve, já que elas precisaram ser interrompidas sem muitas vitórias. Outro folhetim organizado pelos trabalhadores, O Piquete, de outubro de 1968, por exemplo, denunciou que a Mannesmann estaria dispensando em massa, além de manter policiamento dentro da fábrica, vigiando os funcionários.⁶⁷

O Jornal O Bodoque, na edição de outubro, denunciou a dispensa em massa de mais de 100 (cem) funcionários da Mannesmann, além do não pagamento de salários a vários operários dispensados. Também reportou a manutenção da polícia dentro da usina, após a greve de abril de 1968 para reprimir trabalhadores, obrigando-os a trabalharem mediante coação. Outras dispensas em massa após todas as greves são relatadas em entrevistas.⁶⁸ Outros veículos da imprensa noticiavam o movimento e uma CPI instalada para apurar os fatos decorrentes da greve. Um deles, o jornal O Sol, de abril de 1968⁶⁹, expôs a repressão: a polícia ocupou algumas fábricas e várias partes da Cidade Industrial e, mesmo após o fim da greve, ainda se mantinha em alguns lugares. Além disso, o DOPS havia começado uma verdadeira caçada aos líderes do movimento, tendo prendido Antônio Santana, presidente do sindicato naquele ano.

Antes dessa greve, Santana e outras lideranças já eram monitoradas.⁷⁰ Em Informe, um agente infiltrado do DOPS relatou uma concentração sindical, em 27 de março de 1968, contra o arrocho salarial, ocorrida no auditório da Secretaria de Saúde e Assistência Pública. Esse ato contou com a participação de diversos sindicatos, e foi liderado pelo Sindicato dos Metalúrgicos. Afirmo o documento que “as autoridades policiais permitiram a

⁶⁶ Pasta 0250. Fundo DOPS. Arquivo Público Mineiro, p. 67.

⁶⁷ Pasta 0016. Fundo DOPS. Arquivo Público Mineiro, p. 94.

⁶⁸ Pasta 0905. Fundo DOPS. Arquivo Público Mineiro. p.1-5.

⁶⁹ Pasta 0250. Fundo DOPS. Arquivo Público Mineiro, p. 63.

⁷⁰ Pasta 0780. Fundo DOPS. Arquivo Público Mineiro, p. 3.

concentração somente em recinto fechado, limitando-se apenas a fiscalizar tal fato através dos seus agentes secretos.”

Em outra edição do Bodoque⁷¹, de fevereiro de 1969, afirma-se que, após a entrada em vigor do AI-5, invadiram a casa de Ênio Seabra, portando metralhadoras, por ele ser uma liderança sindical da Mannesmann, o que foi confirmado por ele em entrevista.

Em relação à década de 1970, o monitoramento também se fez intenso. Informe, de março de 1971, relata “Movimento suspeito na Cidade Industrial (Cia Sid. Mannesmann)”.⁷² Consta nesse documento que havia “movimentos estranhos” na Siderúrgica relativos à distribuição de boletins, e que, na parte externa, notava-se contato de pessoas estranhas à Companhia com funcionários da empresa e que o sindicato se reunira 3 (três) vezes na semana anterior àquela. A empresa e o DOPS trocavam constantemente correspondências, como é o caso da solicitação da diretoria da Mannesmann para a averiguação de antecedentes de funcionários admitidos em 1971 e 1972. Todos os ofícios foram respondidos prontamente pelos delegados.⁷³

São inúmeros os documentos encontrados nos Fundos DOPS, COSEG e SNI que contêm a descrição das assembleias e atos em detalhes, demonstrando a presença de agentes do aparato repressor nessas ocasiões e seu conseqüente monitoramento, muitas vezes, para atender aos interesses de empresários. Além dessa espécie de monitoramento, havia a vigilância em período de greve com a finalidade de dispensa posterior.

Em julho de 1983, o Jornal O Metalúrgico revela mais monitoramento por parte da empresa ao expor que havia um indicativo de que, na Mannesmann, a conversa entre dois ou mais companheiros já seria considerada “comício” ou “complô”. Qualquer discussão em torno de reunião ou assembleia sindical não era permitida.⁷⁴

Em documentário, José Vieira, liderança da oposição sindical e ex-funcionário da Siderúrgica relata que, durante a greve de 1978 por ele liderada, a Mannesmann cortou os telefones e fechou os galpões, prendendo os

⁷¹ Pasta 0905. Fundo DOPS. Arquivo Público Mineiro. p.1.

⁷² Pasta 4021. Fundo: DOPS. Arquivo Público Mineiro, p. 18.

⁷³ Pasta 0947. Fundo DOPS/MG. Arquivo Público Mineiro.

⁷⁴ Jornal O Metalúrgico. Acervo Centro de Memória do Sindicato ... Julho, 1983.

funcionários dentro da usina, fazendo pressão sobre os trabalhadores, numa tentativa de obstaculizar o direito de greve.⁷⁵

Já sobre a greve de setembro de 1979, o *Jornal dos Bairros*⁷⁶ relata que, na Mannesmann, diversas pessoas que estavam trabalhando nas horas que antecediam à deflagração da greve ficaram presas dentro da empresa, por ordem dos patrões. Explica também que a polícia ocupou a fábrica e, na manhã seguinte, começou uma forte repressão para dispersar os piquetes, com espancamentos e cargas de cavalaria sobre os operários, o que é confirmado por fotos de Mana Coelho.⁷⁷ Ainda assim, a violência policial não cessou: foram presas 85 (oitenta e cinco) pessoas, um transeunte foi ferido à bala, bares foram invadidos pela polícia, os golpes de cassetetes eram distribuídos aleatoriamente e os pontos de ônibus da Cidade Industrial nos arredores das fábricas estavam ocupados.

Uma das perseguições mais comuns era a prática da dispensa por justa causa em virtude da participação em greve. Para tanto, os empresários utilizavam-se da Lei Antigreve e da colaboração da DRT, que, sem hesitar, decretava a ilegalidade dos movimentos paredistas dos metalúrgicos da Mannesmann. E, junto com a dispensa, vinha a incursão dos nomes dos dispensados por perseguição política em uma lista suja, que consiste em circular entre as empresas os nomes dos trabalhadores por elas dispensados ou forçados a pedirem demissão.

Perseguição
política e listas
sujas

Na edição d'O Bodoque de 16 de outubro de 1968,⁷⁸ os trabalhadores presos mencionados são Ênio Seabra, Pedro (sem sobrenome no periódico) e “vários outros companheiros”. O jornal denuncia, além disso, a dispensa de mais de 100 (cem) funcionários da Mannesmann, após a greve, o não pagamento dos salários dos demitidos em setembro de 1968, gerando fome e miséria, a ameaça de perda de direitos de colegas e a intimação, pela polícia, de companheiros para prestarem depoimento em um inquérito que visava à

⁷⁵ MORAVI, Ana; PALHARES, Ângelo. Memórias Sindicais ou 1978: a greve reinaugurada. Belo Horizonte, 2018. Disponível em: <https://youtu.be/ewbNkm4HUlg>. Acesso em: 2 fev. 2024.

⁷⁶ *Jornal dos Bairros*. Out. 1979.

⁷⁷ COELHO, Mana. Museu Histórico Abílio Barreto. Belo Horizonte, 1979.

⁷⁸ Pasta 0905. Fundo DOPS. Arquivo Público Mineiro. p.1-5.

condenação de Ênio Seabra e de outros trabalhadores grevistas. Tudo isso além da manutenção da polícia dentro da usina, monitorando o trabalho dos operários. Antônio Santana, ex-presidente do sindicato, que também foi preso e sofreu dispensa por perseguição política, em entrevista ao Jornal dos Bairros entre abril e maio de 1979,79 conta que foi dispensado da Mannesmann sem direitos após as greves de 1968 e que, na Siderúrgica, foram dispensados 300 (trezentos) trabalhadores em outubro de 1968.

Todos os trabalhadores entrevistados que encerraram seus contratos de trabalho na Mannesmann contaram que nunca mais conseguiram emprego no meio metalúrgico após a dispensa por greve, atestando, portanto, a existência das listas sujas. Relativamente à greve de maio de 1979, o Jornal dos Bairros fez uma importante avaliação, relatando a dispensa daqueles que a organizaram, nomeando de vingança da Mannesmann.⁸⁰

Como abordado, em outubro de 1968, diversas prisões foram executadas em razão da greve (cerca de 100, segundo o Bodoque), e o trabalho era realizado mediante coação policial, inclusive com fuzis dentro da empresa.⁸¹ A Mannesmann valia-se do aparato repressor e policial para coagir ao trabalho. Mesmo quando dispensava a atuação do aparato repressor, também coagia seus funcionários a dobrarem seus turnos, a trabalharem em período de greve, buscando-os, inclusive, em suas casas, como contam os entrevistados.

Trabalho forçado
ou excessivo e
sob coação da
polícia

O excesso abusivo de horas trabalhadas é fato comum nas entrevistas realizadas e nos documentos. Em 1968, no Jornal 1º de Maio⁸², datado de junho de 1968, há a denúncia de que a Mannesmann e a Magnesita obrigavam os operários a trabalharem muito mais do que a quantidade de horas regulamentadas pela legislação trabalhista pela classe. Elas obrigariam os seus trabalhadores a terem jornadas até de 24h (vinte e quatro horas) seguidas, entrando, por exemplo, às 6h (seis horas) da manhã de sábado e saindo às 6h (seis horas) da de domingo.

⁷⁹ Jornal dos Bairros, n. 71, 30 jun. a 13 jul. de 1979/Acervo de Nilmário Miranda.

⁸⁰ Jornal dos Bairros, n. 71, 30 jun. a 13 jul. de 1979/Acervo de Nilmário Miranda.

⁸¹ Pasta 0905. Fundo DOPS. Arquivo Público Mineiro.

⁸² Pasta 1212. Fundo DOPS/MG. Arquivo Público Mineiro.

Um Boletim de 1968, direcionado aos operários da Mannesmann e aos da SBE ressaltava a situação sofrida pelos trabalhadores, o excesso de horas extras. O documento também denuncia que os patrões trocavam à revelia os horários de trabalhadores no meio da semana, sem aviso prévio, prejudicando a saúde dos funcionários.⁸³ Em um outro Boletim distribuído pelo Sindicato, com o título “Aos companheiros da Mannesmann” e datado do dia 3 de novembro de 1980, são retratados vários problemas provocados pela empresa na tentativa de enfraquecer a entidade sindical, como a devolução aos trabalhadores dos valores que tinham sido descontados de suas folhas de pagamento em outubro de 1980, a título de contribuição sindical. Para tanto, a Mannesmann teria pressionado os trabalhadores a assinarem uma carta com conteúdo contrário ao desconto.⁸⁴

Em um Boletim da própria empresa, a diretoria comemorava a redução do número de acidentes de trabalho com perda de 1 (um) dia ou mais de serviço e com perda de menos de 1 (um) dia de serviço. Nitidamente, o lucro era mais importante do que a saúde dos trabalhadores.⁸⁵

Encontrou-se em jornal, de janeiro de 1979, um indício de coação criminosa da Mannesmann a empregados, uma vez que a empresa havia sido obrigada, perante a Justiça do Trabalho, a pagar a gratificação natalina, que tinha sido suprimida por ela. Na fase de execução, ela mandou que fossem “ao Departamento Jurídico através das Chefias, os beneficiários com a vitória judiciária” e lhes impôs “a pura e simples renúncia aos direitos conquistados com ingentes sacrifícios, sob pena de serem dispensados sumariamente”.⁸⁶

Os entrevistados contam, ainda, que eram obrigados a dobrar de turno (trabalhando com excesso de horas extras), assim que o seu terminava, em função de o outro colega que o sucederia ter faltado, sem qualquer aviso prévio. Era comum, portanto, o trabalho forçado e a coação ao trabalho em período de greve.

⁸³ Pasta 4038. Fundo DOPS. Arquivo Público Mineiro, p. 290.

⁸⁴ Pasta BB.01.18. rolo 1 – Entidades Particulares imagens 971 e 972. Fundo: COSEG. Arquivo Público Mineiro.

⁸⁵ Pasta 0123. Fundo: DOPS. Arquivo Público Mineiro, p. 25.

⁸⁶ Pasta 1212. Fundo: DOPS. Arquivo Público Mineiro; O Metalúrgico. Acervo Centro de Memória do Sindicato..., jan.1979, p. 4 e 7.

Além de degradar radicalmente a paisagem urbana da região do Barreiro em Belo Horizonte e de parte do município de Contagem, gerando um crescimento desequilibrado do entorno, sem planejamento e sem qualquer preocupação com as condições sanitárias, de higiene e de saúde dos trabalhadores e de suas famílias, um caso grave de dano ambiental foi frequentemente denunciado pelo Jornal dos Bairros. Em setembro de 1976, alguns deputados cobraram a colocação de filtros na Mannesmann, em virtude da extrema poluição causada pela empresa.⁸⁷ No ano seguinte, em agosto de 1977, o mesmo jornal trouxe como matéria de capa um destaque para uma imagem que denunciava a fumaça e a poluição excessivas com as quais os moradores da Cidade Industrial eram obrigados a conviver. A matéria que trata da poluição na região industrial traz a denúncia sobre as grandes indústrias poluidoras, nomeando algumas delas e explicando os principais problemas causados pelos dejetos por elas deixados. A Mannesmann é mencionada na reportagem por ser responsável por uma poeira vermelha que saía de suas chaminés junto com a fumaça.

A notícia afirma que a empresa teria feito um acordo com o governo do Estado de Minas Gerais para acabar com a poeira até dezembro daquele mesmo ano. Informa, ainda, que a poeira era emitida pelo forno da aciaria, que não tinha filtro. A promessa da Mannesmann era de substituir aquele forno por um novo, com filtros, de acordo com o plano de expansão que a siderúrgica estava implementando.⁸⁸ No acordo firmado entre a Mannesmann e a Secretaria de Ciência e Tecnologia não foi especificado qual deveria ser a eficiência dos filtros, o que poderia significar que, ainda assim, esses deixariam passar detritos e poluição. Além disso, a substituição dos fornos estava dependente da chegada de todos os novos equipamentos, comprados no Brasil e no exterior. Segundo diz a matéria, “se a Mannesmann não cumpri[sse] o combinado no acordo e continua[sse] poluindo (...) o ar da região industrial, não acontecer[ia] nada com a indústria porque nem o acordo, nem nenhuma outra lei existente prev[ia] qualquer punição para as indústrias poluidoras”, demonstrando a tolerância do governo ditatorial com a situação.

⁸⁷ Jornal dos Bairros, 1976. Acervo Nilmário Miranda.

⁸⁸ Jornal dos Bairros, 1977. Acervo Nilmário Miranda.

Em março de 1978, uma matéria intitulada “A poluição continua” lembra aos leitores que o prazo da Mannesmann para o funcionamento dos filtros contra a poluição estava novamente se esgotando. Esse já era o terceiro prazo, na medida em que a primeira previsão era para dezembro de 1977 e a segunda em fevereiro de 1978. A reportagem enfatiza que o acordo não previa nenhuma punição para a empresa no caso de descumprimento e menciona, também, o Decreto-lei nº 1.413/1975, que atribuía a responsabilidade do fechamento de fábricas por motivos de poluição apenas à figura do presidente da República. Por fim, informavam que os filtros já estariam instalados, mas seguiam sem entrar em funcionamento até que a Mannesmann concluísse a instalação da nova aciaria.

Em abril do mesmo ano, há uma nova reportagem do Jornal dos Bairros sobre a questão, que relata o início do funcionamento da nova aciaria na Mannesmann, com os filtros que barravam a poluição excessiva. Apenas o governo federal tinha poder para obrigar as indústrias a tomarem medidas antipoluentes, mas, aparentemente, não estava se empenhando para isso. A Secretaria Estadual de Ciência e Técnica chegou a criar um órgão – o COPAM – para atender à questão da poluição. De acordo com um engenheiro do COPAM, porém, o trabalho era limitado a realizar pesquisas e oferecer apoio técnico às indústrias que se dispusessem a tomar providências. As denúncias que eles recebiam eram encaminhadas para as respectivas Prefeituras Municipais. Todavia, ao que parece, o problema não foi resolvido naquele período.

Destacaremos dois acidentes de trabalho emblemáticos que demonstram possível acobertamento ou isenção de responsabilidade da empresa por parte dos poderes públicos, embora pessoas entrevistadas relatem terem testemunhado muitos outros.

Acidentes de
Trabalho

O primeiro foi encontrado em documentado datado de 29 de dezembro de 1981. Trata-se de um relatório produzido pelo delegado da Cidade Industrial sobre um acidente ocorrido na Mannesmann. Conforme consta no documento, “o alto forno da Siderúrgica Mannesmann, segundo comunicado oficial daquela empresa, fora desativado desde 1º de dezembro

do fluente ano.” No dia 29, quando da limpeza da área de gás, houve uma reação, vitimando 8 (oito) pessoas. Informa ainda que, juntamente com detetives daquela delegacia e também da 12º DPM, percorreram as instalações afetadas e concluíram que se tratou de simples acidente de trabalho, mesmo tendo dispensado a equipe da Polícia Técnica que ali compareceu.⁸⁹

O segundo caso é relatado pelo jornal *O Metalúrgico*, de 1988. A matéria aborda um acidente ocorrido próximo à cidade de Unaí, no nordeste de Minas Gerais, em 18 de janeiro daquele ano, envolvendo a Mannesmann. O acidente se deu com um caminhão da empresa que transportava os funcionários, chamados na matéria de “bóias-frias”, os quais seriam empregados na Fazenda Boa Esperança, da Mannesmann Agro Florestal. Nessa situação, 4 (quatro) empregados foram mortos e 41 (quarenta e um) foram feridos, sendo que, segundo o boletim, “muitos ficaram aleijados para o resto da vida”. A Siderúrgica não garantiu indenização.⁹⁰

Como demonstrado, a atuação da Mannesmann no período investigado pode ter provocado uma série de danos coletivos e individuais, materiais e morais, a trabalhadores, às suas famílias, a organizações coletivas de trabalhadores, a militantes, às comunidades que orbitavam em torno da empresa, à economia brasileira, ao meio ambiente e à memória política.

REPARAR

Relativamente às reparações em relação aos possíveis danos causados, em quase nenhuma hipótese será possível restabelecer o estado de coisas anterior no que se refere aos trabalhadores da empresa que sofreram os danos relatados, aos militantes perseguidos, presos, torturados, à economia, ao meio ambiente ou à modificação substancial da paisagem urbana. Isso porque grande parte dos possíveis vitimados não estão mais vivos, ou estão em idade avançada sem condição de serem reintegrados aos seus antigos empregos, ou ainda porque a própria configuração da cidade está regulamentada em outros termos, consideravelmente diferentes dos daquelas décadas.

Por essa razão, as reparações sugeridas passam pela reconstrução da memória, para que situações como as relatadas não mais se repitam, pelas

⁸⁹ Pasta CA.02.01.2 rolo 01, imagem 519, 520. Fundo: COSEG. Arquivo Público Mineiro.

⁹⁰ Jornal *O Metalúrgico*. Jun. 1988. Acervo do Centro de Memória do Sindicato..., p. 20.

reparações pecuniárias coletivas, sem ignorar as possíveis reparações individuais que poderão ser acessadas judicialmente pelas vítimas potenciais. Sugere-se, portanto, que se priorize o não apagamento da História e o resgate da memória por meio da reparação pecuniária voltada à construção e à manutenção de memoriais e à conservação de arquivos públicos.

Para tanto, recomenda-se que, por meio das reparações pecuniárias, a empresa financie a organização do Centro de Memória dos Trabalhadores Metalúrgicos do Sindicato dos Metalúrgicos de Belo Horizonte e Contagem/MG, onde há um vasto conjunto de documentos referentes à história dos trabalhadores, desde a fundação do Sindicato, em 1934. Por falta de recursos, há um enorme risco desses documentos perecerem, como já tem ocorrido, em virtude do desgaste do tempo e das baixas condições de acondicionamento e preservação.

Outra importante iniciativa cujo apoio é fundamental é a instalação do Memorial dos Direitos Humanos, que consiste no prédio onde funcionava o DOPS/MG, em Belo Horizonte. A construção, destinada por lei ao Memorial, é atualmente tombada pelo IEPHA/MG (Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais). Em razão da ausência de recursos financeiros, o Memorial ainda não está ativo, embora já tenha sido objeto de projeto expográfico elaborado por equipe multidisciplinar da UFMG. Organizações de direitos humanos, tais como a COVET (Comissão da Verdade dos Trabalhadores e das Entidades Sindicais de Minas Gerais) carecem de espaço para funcionamento e o Memorial dispõe de salas e espaço adequado para abrigar e a ela e a outras organizações.

Propõe-se, ainda, que se invistam recursos para a organização dos acervos custodiados pelo Arquivo Público Mineiro, tal como o acervo da COSEG e, por fim, é fundamental que as reparações se voltem ao financiamento de novas pesquisas sobre empresas que tenham sido cúmplices da ditadura empresarial-militar.

Utilizou-se como caminho metodológico a revisão bibliográfica, a pesquisa documental arquivística, aliadas à história oral. A análise da participação do empresariado na configuração da ditadura empresarial-militar,

MÉTODO

das formas de opressão promovidas pela empresa, em contraposição com a força da classe trabalhadora foi analisada com a ferramenta do conceito gramsciano de Estado ampliado, o qual pode ser compreendido como uma unidade orgânica entre Estado e sociedade civil, ainda que composta por forças sociais desiguais.

Por outro lado, a “confluência entre a tarefa individual da narrativa do trauma e de sua componente coletiva”⁹¹ foi composta por meio das entrevistas – acessadas pela via da história oral –, dos jornais clandestinos e dos documentos sindicais, constituindo as memórias coletivas,⁹² no sentido de se valorizar o que os grupos de trabalhadores têm a revelar para esse processo, uma vez que, concordando com Michael Pollak, as memórias subterrâneas, especialmente as das classes menos valorizadas pelo sistema econômico, tendem a ficar submetidas às narrativas dominantes.⁹³ A obra e os conceitos traçados por René Armand Dreifuss⁹⁴ foram estudados para a abordagem da relação entre as elites orgânicas empresariais e a forma como foi minuciosamente calculada a formação de uma tecnoburocracia voltada à manutenção do aparato autoritário. Pela via de Dreifuss, acessou-se a arquitetura do IPES e do IBAD e pela de Heloísa Starling⁹⁵ a do IPES/MG, particularmente a do destacamento Novos Inconfidentes.

As pesquisas de Pedro Henrique Pedreira Campos⁹⁶, Vitoria Basualdo⁹⁷ e Juan Pablo Bohoslavsky e Horacio Verbitsky⁹⁸ apresentaram-se como importantes chaves de leitura para compreender a relação entre empresas e ditadura, dentre os referenciais contemporâneos já estruturados sobre a temática. Relativamente aos eventos que se deram na Cidade Industrial de Contagem e Belo Horizonte durante a ditadura, valem ser destacados os trabalhos das seguintes autoras e autores: Carolina Dellamore⁹⁹, Delsy

⁹¹ SELIGMANN-SILVA, Márcio. **Narrar o trauma a questão dos testemunhos de catástrofes históricas**. Psicologia Clínica. Rio de Janeiro, v.20, n.1, p.65 – 82, 2008, p. 67.

⁹² HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

⁹³ POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos históricos**. Rio de Janeiro, v. 2, n.3, p. 3-15, 1989.

⁹⁴ DREIFUSS, René Armand. **1964**, *Op.Cit.*

⁹⁵ STARLING, Heloísa Maria Murgel. *Op.Cit.*

⁹⁶ CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. **Estranhas Catedrais: as empreiteiras brasileiras e a ditadura civil-militar, 1964-1988**. 2. Ed. Niterói: Eduff, 2022.

⁹⁷ BASUALDO, Victoria; CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira (Orgs.). Ditaduras, empresas e transformações econômicas e trabalhistas na América do Sul durante a Guerra Fria [Dossiê]. **Revista Continentes**, ano 8, n. 16, jan.-jun. 2020.

⁹⁸ BOHOSLAVSKY, Juan Pablo; VERBITSKY, Horacio (ed.) **Cuentas pendientes: Los cómplices económicos de la ditadura**. Espanha: Siglo XXI, 2013.

⁹⁹ DELLAMORE Batista Scarpelli, Carolina. **Forjando lideranças**, *Op.Cit.*

Gonçaves de Paula¹⁰⁰, Yonne de Souza Grossi,¹⁰¹ Magda de Almeida Neves¹⁰², Edgar Leite de Oliveira¹⁰³ e Reynaldo Maia Muniz¹⁰⁴

A coleta e análise de documentos públicos e privados permitiu desfragmentar fatos e eventos que antes permaneciam obscuros, o que possibilitou uma maior aproximação da história factual e a confirmação do que se acessou pela história oral e pela pesquisa bibliográfica.

Para isso, foram pesquisados os seguintes acervos: 1) fundos DOPS/MG e COSEG (Coordenação Geral de Segurança), custodiados no Arquivo Público Mineiro (APM); 2) Diversos Fundos, em especial os Fundos IPES, SNI (Sistema Nacional de Informações) e CSN (Conselho de Segurança Nacional), custodiados no Arquivo Nacional ou no Portal Memórias Reveladas; 3) Documentos relativos à antiga Delegacia Regional do Trabalho, hospedados no Arquivo morto da Superintendência Regional do Trabalho de Minas Gerais; 4) Dissídios coletivos do período pesquisado, constantes do Centro de Memória digital e arquivo morto físico do Tribunal Regional do Trabalho 3ª Região; 5) Processos da Comissão da Anistia (Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania) de possíveis vitimados; 6) Processos, documentos, jornais, boletins, fotos existentes no Centro de Memória do Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos de Belo Horizonte e Contagem; 7) Processos concluídos de ex-trabalhadores da Mannesmann, cedidos do acervo pessoal da advogada Ellen Hazan, ex-advogada do Sindicato; 8) Processos julgados pela Comissão Especial de Indenização às Vítimas de Tortura – CEIVIT, existentes no Acervo do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos de Minas Gerais – CONEDH-MG/SEDESE-MG e no APM; 9) Revistas, jornais, clippings de jornais e alguns documentos do Centro de Memória da FIEMG; 10) Jornais de Acervos privados e Jornais Clandestinos, encontrados ora Hemeroteca Digital, ora nas análises da Divisão de Vigilância e Informações do DOPS e da COSEG e, ainda, em acervos privados, como

¹⁰⁰ GONÇALVES DE PAULA, Delsy. **No labirinto das minas** – a modernidade postergada. 1994. Dissertação Mestrado. UFMG, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Belo Horizonte, 1994.

¹⁰¹ GROSSI, Yonne de Souza. As greves de Contagem - 1968: notas para uma revisão crítica. **Cadernos Movimentos Populares Urbanos**, Belo Horizonte, n. 1, p. 3-54, 1979.

¹⁰² NEVES, Magda de Almeida. **Trabalho e Cidadania**. *Op.Cit.*

¹⁰³ OLIVEIRA, Edgard Leite. **Conflito social, memória e experiência**: as greves dos metalúrgicos de Contagem em 1968. 2010. Dissertação Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Educação, UFMG, Belo Horizonte, 2010.

¹⁰⁴ MUNIZ, Reynaldo Maia. **A estrutura sindical brasileira e a dinâmica do sindicalismo metalúrgico em Minas Gerais**. 1984. Dissertação Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, UFMG, Belo Horizonte, 2015.

o acervo do Jornal dos Bairros, de Nilmário Miranda, um de seus criadores;
11) Diversos Fundos do Armazém Memória.

Em relação às fontes testemunhais, foram realizadas 32 (trinta e duas) entrevistas: 14 (quatorze) trabalhadores da Mannesmann, 2 (dois) advogados e 1 (um) secretário do Sindicato dos Metalúrgicos, 1 (uma) filha de uma importante liderança sindical, 6 (seis) militantes que não mantinham vínculo com a empresa, 1 (uma) fotógrafa e 7 (sete) trabalhadores da CSBM, que narraram fatos pertinentes à pesquisa sobre a Mannesmann. Também foi feito o reuso de entrevistas fornecidas pelo Núcleo de História Oral da UFMG ou por outros pesquisadores.

BIBLIO

- BANDEIRA, Moniz. O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil 1961-1964. 4.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- BASUALDO, Victoria; CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira (Orgs.). Ditaduras, empresas e transformações econômicas e trabalhistas na América do Sul durante a Guerra Fria [Dossiê]. Revista Continentes, ano 8, n. 16, jan.-jun. 2020.
- BITTENCOURT NETO, Epaminondas. Sistemas de influência e poder: um estudo de caso da Mannesmann. Dissertação de Mestrado em Administração. Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Minas Gerais, 2005,
- BOHOSLAVSKY, Juan Pablo; VERBITSKY, Horacio (ed.) Cuentas pendientes: Los cómplices económicos de la ditadura. Espanha: Siglo XXI, 2013.
- CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. Estranhas Catedrais: as empreiteiras brasileiras e a ditadura civil-militar, 1964-1988. 2. Ed. Niterói: Eduff, 2022.
- COVEMG. Relatório da Comissão da Verdade em Minas Gerais. Belo Horizonte: Governo do Estado de Minas Gerais. 2017. Disponível em: <http://www.comissaodaverdade.mg.gov.br/handle/123456789/420>. Acesso em 6 de dez. de 2022.
- DELLAMORE Batista Scarpelli, Carolina. Forjando lideranças: comportamentos políticos e atuação no sindicato dos metalúrgicos de Belo Horizonte e Contagem durante a ditadura militar (1964-1985). Belo Horizonte: Tese de doutorado. Universidade Federal de Minas Gerais, FAFICH, 2019.
- DREIFUSS, René Armand. 1964: a conquista do Estado, ação política, poder e golpe de classe. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1981.
- DRUMOND, Ari Ferreira. A informação como instrumento de promoção da segurança no trabalho em uma empresa siderúrgica. Dissertação de Mestrado em Ciência da Informação. Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2000.
- GONÇALVES DE PAULA, Delsy. No labirinto das minas – a modernidade postergada. 1994. Dissertação Mestrado. UFMG, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Belo Horizonte, 1994.

- GROSSI, Yonne de Souza. As greves de Contagem - 1968: notas para uma revisão crítica. *Cadernos Movimentos Populares Urbanos*, Belo Horizonte, n. 1, p. 3-54, 1979.
- GUEDES, Carlos Luís. *Tinha que ser Minas*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1979.
- HALBWACHS, M. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.
- LUCAS, Taís Campelo. *Nazismo d'além mar: conflitos e esquecimento*. Rio Grande do Sul, Brasil. Tese de Doutorado em História. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2011
- MARTIN, James Stewart. *All Honorable Men*. Open Road Media, 2016.
- MUNIZ, Reynaldo Maia. *A estrutura sindical brasileira e a dinâmica do sindicalismo metalúrgico em Minas Gerais*. 1984. Dissertação Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, UFMG, Belo Horizonte, 2015.
- NEVES, Magda de Almeida. *Trabalho e Cidadania: as trabalhadoras de Contagem*. Petrópolis: Vozes, 1994/1995.
- OLIVEIRA, Edgard Leite. *Conflito social, memória e experiência: as greves dos metalúrgicos de Contagem em 1968*. 2010. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Educação, UFMG, Belo Horizonte, 2010.
- POLLAK, Michael. *Memória, esquecimento, silêncio*. *Estudos históricos*. Rio de Janeiro, v. 2, n.3, p. 3-15, 1989.
- Relatório da Comissão da Verdade de Pernambuco: <https://www.comissaodaverdade.pe.gov.br/index.php/comissao-parlamentar-de-inquerito-cpi-ibad-e-ipes>. Acesso em 10 jan. 2024.
- SELIGMANN-SILVA, Márcio. *Narrar o trauma a questão dos testemunhos de catástrofes históricas*. *Psicologia Clínica*. Rio de Janeiro, v.20, n.1, p.65 – 82, 2008, p. 67.
- STARLING, Heloísa Maria Murgel. *Os senhores das Gerais: os novos inconfidentes e o golpe de 1964*. Petrópolis: Vozes, 1986.
- WISTRICH, Robert S. *Who's Who in Nazi Germany*. New York: Routledge, 2002.

Fontes

- Arquivo Público Mineiro. Fundo DOPS/MG. Pastas: 0123, 0313, 4038, 0346, 0250, 0905, 0016, 5303, 4214, 0780, 4021, 0947, 1212.
- Arquivo Público Mineiro. Fundo COSEG. Pasta BB.01.15. rolo 1. Entidades Particulares; Pasta BB.01.18. rolo 1. Entidades Particulares; Pasta CA.02.01.2 rolo 01.
- Acervo Nilmário Miranda. *Jornal dos Bairros*, 1976, 1977, 1978, 1978.
- Acervo Fotográfico Mana Coelho. Museu Histórico Abílio Barreto. Belo Horizonte, 1979.
- Acervo Delegacia Regional do Trabalho. Pasta 1128. Belo Horizonte/MG.
- Revista *Vida Industrial*. FIEMG, 1976. Centro de Memória da FIEMG.
- Acervo Centro de Memória do Sindicato dos Metalúrgicos de Belo Horizonte e Contagem: *Jornal O Metalúrgico*, abr. 1968; *O Metalúrgico*, Jul. 1983; *O Metalúrgico*, jan. 1979; *O Metalúrgico*, Jun. 1988.

Sites

- <https://www.vallourec.com/pt-BR/brazil/all-news/2022-70-anos-da-vallourec-no-brasil>. Acesso em: 1 dez de 2022.
- <https://www.vallourec.com/pt-BR/br>. Acesso em: 19 jun. 2023

<https://www.mannesmann-stainless-tubes.com/company/history/>. Acesso em: 16 jun. 2023

Mannesmann: More than 130 years of tubes history. In: Geschichte Des Salzgitter-Konzerns. Disponível em: <https://geschichte.salzgitter-ag.com/en/reinhard-and-max-mannesmann.html>. Acesso em: 16 jun. 2023.

Mannesmann AG History. Disponível em: <http://www.fundinguniverse.com/companyhistories/mannesmann-ag-history/>. Acesso em 16 jun. 2023.

<https://www.camara.leg.br/radio/programas/270928-1963-e-constituída-cpi-para-apurar-candidatos-que-teriam-recebido-financiamento-do-ibad-e-ipes-07-00/>. Acesso em 10 jan 2024.

NETTO, Marcelo. Rastros de um nazista. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/carta-capital/rastrosde-um-nazista1/>. Acesso em 16 jun. 2023

<http://www.kimkimdir.net.tr/kisiler/wilhelm-zangen>. Acesso em 16 jun. 2023.

https://en.wikipedia.org/wiki/Wilhelm_Zangen. Acesso em 16 jun. 2023.

https://pt.wikipedia.org/wiki/Mannesmann#cite_ref-11. Acesso em 16 jun. 2023.

MORAVI, Ana; PALHARES, Ângelo. Documentário Memórias Sindicais ou 1978: a greve reinaugurada. Belo Horizonte, 2018. Disponível em: <https://youtu.be/ewbNkm4HUIg>. Acesso em: 2 fev. 2024.

Coordenadora:

Tayara Talita Lemos

Pesquisadores:

Otávio Lopes de Souza (doutorando em Direito)

Manoela Bicalho de Carvalho (graduanda em História)

Vitória Francis Duquina (graduanda em História)

Amanda Ferreira Coelho (graduanda em Direito)

EQUIPE